



**N Seguros, S.A.**

Zona Industrial da Maia I - Sector IX - Lote 20  
Moreira da Maia 4470-440 Maia

info@nseguros.pt www.nseguros.pt  
Tel 707 50 25 25 Fax 220 90 77 77

# RELATÓRIO & CONTAS

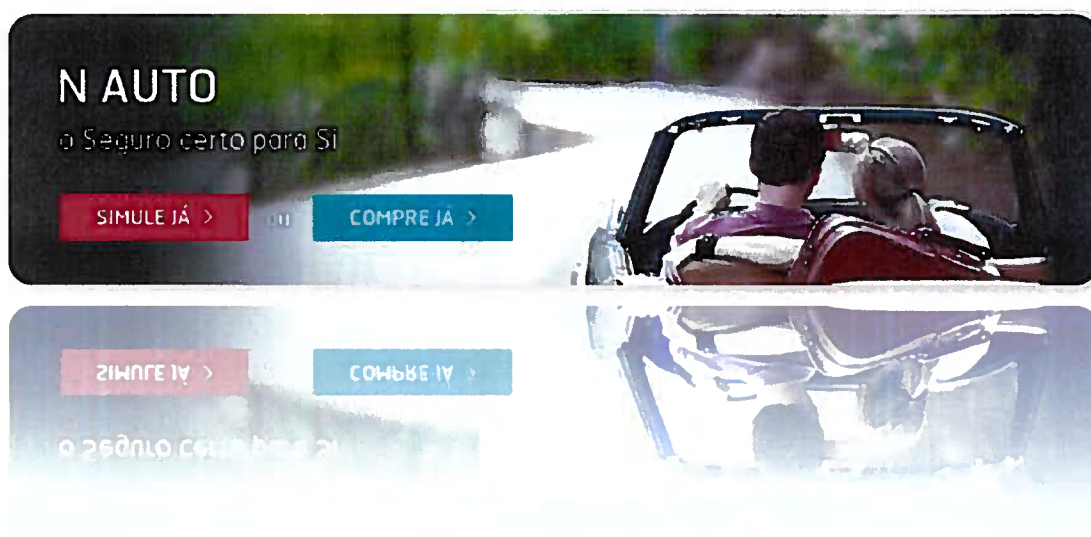
Exercício de 2013

**N SEGUROS, S.A.**

# RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2013

**N SEGUROS, S.A.**



# Índice

<b>1. A ECONOMIA .....</b>	<b>4</b>
1.1 ECONOMIA MUNDIAL .....	4
1.2 ECONOMIA PORTUGUESA .....	7
1.2.1 A Economia .....	7
1.2.2 O Mercado Segurador .....	8
<b>2. A N SEGUROS EM 2013 .....</b>	<b>12</b>
2.1. PRODUÇÃO .....	14
2.1.1. Volume de Prémios .....	14
2.1.1.1. Prémios Brutos Emitidos .....	14
2.1.1.2. Prémios Adquiridos e Prémios Adquiridos líquidos de resseguro .....	14
2.1.2. Nº de Apólices e Nº de Clientes .....	15
2.1.3. Quota de Mercado .....	15
2.2. SINISTRALIDADE .....	17
2.2.1. Taxa de Sinistralidade .....	17
2.2.2. Sinistros em curso, abertos e encerrados .....	17
2.2.3. Taxa de Encerramento .....	17
2.3. RESSEGURO .....	18
2.4. ANÁLISE FINANCEIRA .....	19
2.4.1. Resultado Antes de Impostos e Resultado Líquido .....	19
2.4.2. Despesas Gerais .....	19
2.4.3. Resultado Operacional .....	20
2.4.4. Investimentos .....	21
2.4.5. Garantias Financeiras – Margem de Solvência .....	21
2.4.6. Aplicação de Resultados .....	21
2.5. POSICIONAMENTO E IMAGEM .....	22
2.5.1. Posicionamento .....	22
2.5.2. Comunicação Promocional .....	22
2.5.3. Patrocínios .....	23
2.5.4. Investimentos de Marketing .....	23
2.6. PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2013 .....	24
2.6.1. Reestruturação do Site da N Seguros .....	24
2.6.2. Programas de Retenção e Fidelização de Clientes .....	24
2.6.3. Gestão de Riscos .....	25
2.6.4. Formação e Cliente Mistério .....	25
2.6.5. Gestão de Protocolos e Grupos de Afinidades .....	26
2.7. RECURSOS HUMANOS .....	27
2.7.1. Quadro de Pessoal .....	27
<b>3. PERSPETIVAS 2014 .....</b>	<b>29</b>

3.1	ECONOMIA E ATIVIDADE SEGURADORA .....	29
3.2	A N SEGUROS EM 2014 .....	30
4.	DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO .....	31
5.	OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	32
6.	ACÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	32
7.	DISPOSIÇÕES FINAIS .....	33
ANEXO 1. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....		34
1.	ESTRUTURA DO GOVERNO .....	34
2.	IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃO SOCIAIS .....	34
3.	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ATIVIDADE EXERCIDA NOS ÚLTIMOS ANOS.....	35
4.	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO .....	36
5.	COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES.....	36
6.	REMUNERAÇÕES AUFERIDAS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (NOS TERMOS DO ART. 2º, DA LEI N.º 28/2009) .....	37
7.	REMUNERAÇÕES DO AUDITOR/REVISOR OFICIAL DE CONTAS .....	37

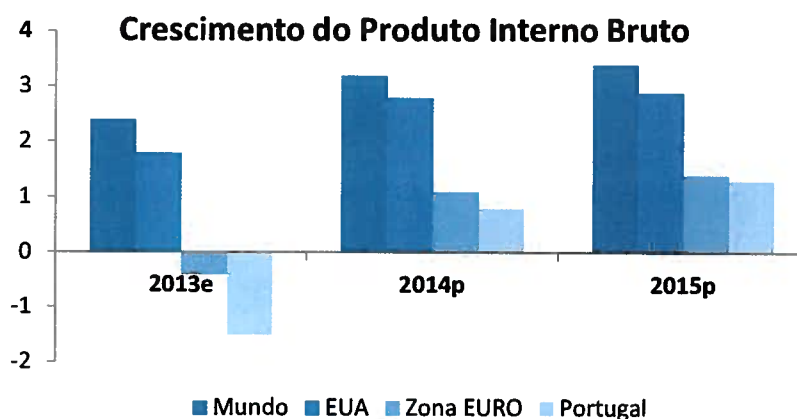
## 1. A ECONOMIA

### 1.1 Economia Mundial

De acordo com as previsões do Banco Mundial, as economias desenvolvidas parecem estar finalmente a dar sinais de recuperação, contribuindo para uma aceleração do crescimento global: 2,4% em 2013, 3,2%, em 2014 e 3,4% em 2015, fruto de uma maior consistência da performance do setor privado e do abrandamento da consolidação fiscal.

O ano de 2013 foi, no entanto, um ano de sucessivas correções das projeções de crescimento. A ocorrência de diversas eleições em países europeus e o impasse orçamental nos EUA tiveram implicações significativas no fraco desempenho dos principais blocos económicos.

Na zona Euro, muito já foi alcançado e os bancos efetuaram um longo caminho em direção à reestruturação. No entanto, o setor bancário ainda se encontra frágil e os detalhes sobre uma união bancária estão longe de estarem concluídos, o que significa que o bloco monetário se encontra vulnerável a choques. Os restantes grandes desafios (que incluem o desemprego jovem e de longa duração) levantam algumas preocupações sobre a deterioração permanente das competências laborais e da empregabilidade dos desempregados, o que poderá enfraquecer as perspetivas de uma recuperação sólida. Ainda assim, depois de um decréscimo do PIB de 0,4%, em 2013, o Banco Mundial prevê um crescimento para a zona Euro de 1,1%, em 2014, e de 1,4%, em 2015.



Fonte: Banco Mundial e Banco de Portugal

O crescimento robusto observado nos Estados Unidos fez com que a Reserva Federal começasse a reduzir o apoio que vinha prestando à economia. A gradual normalização da política monetária dos EUA é positiva, na medida em que reflete os sinais, cada vez mais convincentes, de um crescimento económico sustentado.

Nas economias em desenvolvimento, prevê-se um crescimento de 4,8%, em 2013, 5,3%, em 2014 e 5,5%, em 2015. O crescimento do PIB destes países será cerca de 2,2 pontos percentuais (pp), abaixo do período de expansão que antecedeu a crise. No final de 2013, as economias emergentes, que evidenciam maior dependência de capitais externos, são as que apresentam maiores vulnerabilidades e que suscitam mais receios. Mas os desafios são também significativos nas regiões desenvolvidas, com destaque para a zona euro, devido a uma fraca procura interna dos países economicamente mais robustos e onde persistem receios de deflação.

Nos mercados financeiros, o ano de 2013 foi dos melhores anos bolsistas pós períodos recessivos, num processo liderado pelas bolsas norte-americanas, cujos índices bolsistas alcançaram níveis recorde.

Retirando a excecionalidade da performance do índice nipónico NIKKEI 225, os índices NASDAQ, S&P 500 e DJI fecharam o ano com ganhos acumulados de 35%, 30% e 27%, respetivamente. Se o NASDAQ alcançou valores máximos dos últimos 13 anos e meio, tanto o S&P 500 como o DJI registaram novos níveis máximos de sempre. Quanto aos índices europeus, apesar do bom desempenho, estes apresentaram valores menos expressivos. O DAX alemão foi dos índices da Zona Euro que mais se aproximou da performance dos norte-americanos, com uma valorização de 24%, alcançando igualmente patamares recorde. O índice europeu EUROSTOXX teve um ganho de 17% e foi acompanhado por idêntica performance dos índices ibéricos – IBEX 35 e PSI 20, com ganhos de 19% e 15%, respetivamente. Contudo, estes índices estão muito longe dos níveis atingidos antes das crises bolsistas de 2000/2001 e de 2008.

	PAÍS	ÍNDICE	VAR. % 2013
Europa	Alemanha	DAX	24,2%
	França	CAC 40	16,0%
	Portugal	PSI 20	14,6%
	Espanha	IBEX 35	18,9%
EUA		Nasdaq	35,1%
		S&P 500	29,6%
		Dow Jones I.A.	26,5%
Ásia	Japão	Nikkei 225	53,6%
América Latina	Brasil	Bovespa	-15,5%

Em 2013, no mercado cambial, registou-se determinação nalguns movimentos e tendências cambiais. O câmbio EUR/USD registou uma apreciação do euro superior a 4%, tendo sido alcançado o valor de 1,3892 (27 dez), máximo dos últimos 2 anos. Contra a GBP (libra) e o CHF (franco suíço), o euro conseguiu manter uma relativa firmeza, tendo em conta que, à semelhança do euro, foram moedas com grande procura por parte dos investidores.

Em síntese, o ano de 2013 ficou marcado por sucessivas revisões em baixa do crescimento económico, ainda que em menor escala que no passado recente e afetando mais as economias emergentes ou em desenvolvimento. Os excelentes desempenhos do mercado financeiro fazem adivinhar o despontar de um ano de 2014 bastante auspicioso, mas não livre de riscos que poderão condicionar a atividade económica global.

A handwritten signature in blue ink, with a blue arrow pointing downwards towards the signature.

## 1.2 Economia Portuguesa

### 1.2.1 A Economia

Apesar do efeito das medidas de consolidação orçamental, resultantes do programa de assistência económica e financeira, o desempenho da economia portuguesa, em 2013, surpreendeu pela positiva. Contrariando a maioria das previsões, a recessão acabou por ser menos pronunciada do que a prevista. Assim, as estimativas do Banco de Portugal apontam para uma queda de 1,5% na riqueza do país. Esta trajetória reflete a correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, representando uma contração acumulada de 6% no período 2011-2013.

	2013p	2014p	2015p
Produto Interno Bruto	-1,5	0,8	1,3
Consumo Privado	-2,0	0,3	0,7
Consumo Público	-1,5	-2,3	-0,5
Formação Bruta de Capital			
Fixo	-8,4	1,0	3,7
Procura Interna	-2,7	0,1	0,9
Exportações	5,9	5,5	5,4
Importações	2,7	3,9	4,5

Fonte: Banco de Portugal; tva, em %

Na base desta evolução, está a menor contração da procura interna privada e a continuação de um bom desempenho das exportações de bens e serviços, cuja quota de mercado no exterior tem vindo a melhorar. O aumento da competitividade, evidente na evolução dos custos unitários do trabalho e o reposicionamento de alguns setores, que beneficiaram de atributos para além do preço, constituíram fatores críticos para os resultados alcançados.

Com efeito, o Banco de Portugal prevê um crescimento do PIB de 0,8% e 1,3%, para 2014 e 2015, respetivamente. Esta evolução reflete, essencialmente, o comportamento do setor privado, uma vez que, no setor público devemos continuar a assistir a uma contração da atividade. Face à reorientação para os setores e bens transacionáveis, alguns subsectores da indústria e serviços continuarão a beneficiar do comportamento dinâmico das exportações.

Em 2013, o consumo privado deverá ter contraído cerca de 2%, refletindo a evolução do rendimento disponível, condicionado pelas medidas de consolidação orçamental, nomeadamente, as referentes à tributação direta, bem como, as medidas que condicionaram a evolução das remunerações no setor público. O crescimento do



investimento deverá ter sido favorecido por uma melhoria das condições de financiamento, embora influenciado pela necessidade de redução do nível de endividamento das sociedades não financeiras. Em conformidade, prevê-se que se tenha verificado uma contração de 8,4% em 2013.

Para além da aceleração da procura externa, o bom desempenho das exportações portuguesas, em 2013, resultou em ganhos de quota de mercado, associados a uma diversificação dos mercados de destino.

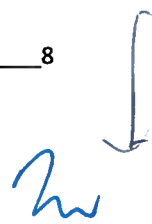
Quanto à inflação, esta deverá situar-se nos 0,5%, refletindo, em grande medida, a dissipação do impacto das medidas de consolidação implementadas em 2012, em particular, o aumento da tributação indireta e dos preços de alguns bens e serviços sujeitos a regulação.

O desempenho da economia portuguesa, em 2013, ainda que negativo, fixou-se acima do esperado, tendo sido suportado pela robustez das exportações e pela aceleração da procura interna. Não obstante estes efeitos, continuarão a existir alguns constrangimentos estruturais ao crescimento económico, nomeadamente, o elevado endividamento dos vários setores institucionais, o baixo nível de qualificação da população ativa e a forte segmentação do mercado de trabalho, o qual promove o desemprego de longa duração e uma elevada rotação de alguns grupos de trabalhadores.

O regresso de Portugal, no futuro próximo, a um financiamento de mercado estável é um processo exigente e requer a prossecução dos compromissos assumidos pelo país. Este ajustamento surge reforçado no atual quadro de aprofundamento da integração europeia, com destaque para o processo de união bancária e para a aplicação das novas regras orçamentais. A nível interno, é fundamental que se estabeleçam compromissos credíveis, de horizonte alargado, de modo a aprofundar a coesão social e o consenso institucional em torno dos objetivos nacionais.

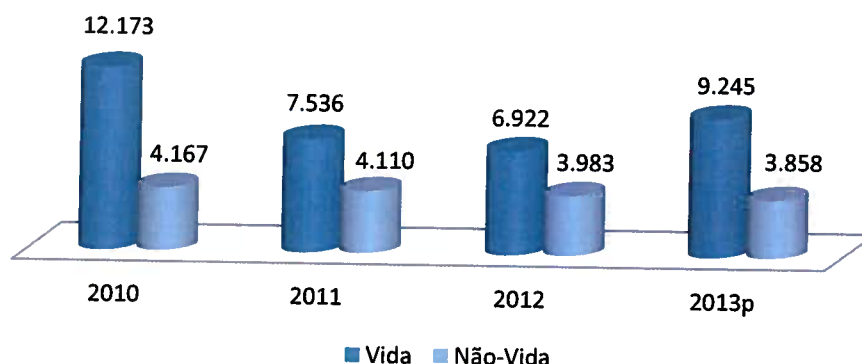
### 1.2.2 O Mercado Segurador

De acordo com informação do Instituto de Seguros de Portugal, o volume de produção no mercado segurador ultrapassou, em 2013, a barreira dos 13 mil milhões de euros, registando um crescimento de 20% face ao ano transato. Este desempenho constituiu, porém, um resultado de dois efeitos contrários: enquanto o ramo Vida aumentou fortemente, acima dos 33%, ultrapassando os 9 mil milhões de euros, o ramo Não Vida continuou a percorrer um caminho de contração, com -3,2% do que o valor registado em 2012.

A handwritten signature in blue ink is located at the bottom right of the page. A blue arrow points downwards from the signature towards the page number '8'.

Do ponto de vista global, e tendo em conta as projeções mais otimistas para a atividade económica portuguesa, em 2014, a produção de seguro direto deverá observar uma trajetória de crescimento no próximo ano.

## Evolução dos Prémios



A evolução positiva, em 2013, ficou marcada pela performance do ramo Vida, que representou mais de 70% do total. Apesar de um contexto económico desfavorável, o ramo Vida cresceu significativamente, com destaque para os investimentos em Planos Poupança Reforma (PPR), refletindo o aumento da taxa de poupança dos consumidores e reforçando a importância destes investimentos como alternativa às baixas taxas de juro.

No ramo Não Vida, o ano que agora termina foi de contração, com maior intensidade nos ramos mais suscetíveis a variáveis macroeconómicas, mas não inibindo o crescimento moderado de outros segmentos.

Na verdade, o ramo Acidentes de Trabalho (-8%) e o ramo Automóvel (-5,8%), que representam cerca de 52% da produção total não vida, empurraram o valor global dos prémios para uma perda de 3,2%.

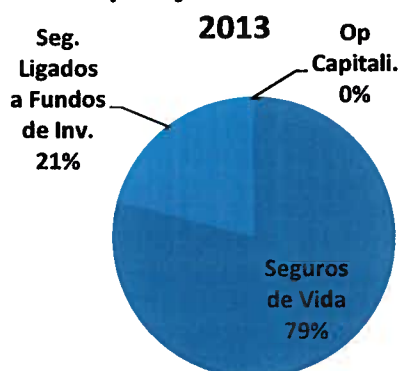
As medidas de consolidação orçamental resultantes do programa de ajustamento económico e financeiro e os seus efeitos na economia real continuam a notar-se, sobretudo no ramo Automóvel. Na modalidade de Veículos Terrestres, as perdas do ano passado foram acentuadas (-9,4%, contra -6,7% em 2012), evidenciando a continuação da necessidade de redução de custos das famílias e empresas.

	2011	2012	2013p	Δ 13/12
<b>VIDA</b>	<b>7.536</b>	<b>6.923</b>	<b>9.244</b>	<b>33,6%</b>
Seguros de Vida	5.504	4.819	7.312	51,7%
Seguros Ligados a Fundos Inv.	2.032	1.954	1.928	-1,3%
Operações de Capitalização	0	150	4	-97,3%
<b>NÃO-VIDA</b>	<b>4.110</b>	<b>3.987</b>	<b>3.858</b>	<b>-3,2%</b>
Acidentes e Doença	1.305	1.262	1.232	-2,4%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	622	556	511	-8,0%
<i>Doença</i>	536	553	571	3,2%
Incêndio e Outros Danos	769	767	760	-0,9%
Automóvel	1.659	1.569	1.478	-5,8%
Restantes	377	388	387	-0,2%
<b>TOTAL</b>	<b>11.646</b>	<b>10.910</b>	<b>13.103</b>	<b>20,1%</b>

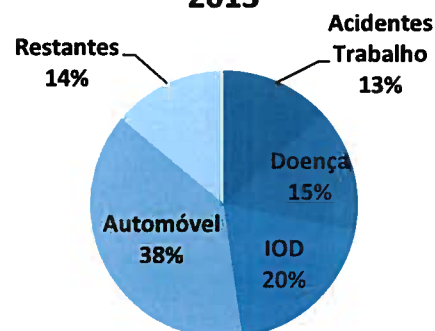
Fonte: ISP

Por outro lado, a modalidade Responsabilidade Civil apresentou uma quebra menos acentuada do que no ano anterior (-4,2%, em 2013, face a -4,9%, em 2012). Admite-se que esta evolução possa corresponder a um ligeiro aumento dos prémios médios nesta modalidade.

**Composição Prémios Vida**



**Composição Prémios Não Vida**  
**2013**



Quanto aos prémios de Doença, estes continuaram a evoluir de forma positiva, tendo-se observado um crescimento de 3,2%, representando um crescimento superior ao verificado em 2012. Esta evolução demonstra, mais uma vez, o crescente interesse dos consumidores por este tipo de proteção. De um modo geral, a comodidade e celeridade que os seguros proporcionam no acesso aos cuidados de saúde, o custo relativamente acessível destes produtos, as crescentes limitações e custos do sistema nacional de saúde e a acrescida confiança dos cidadãos no setor segurador, continuam a ser vantagens que favorecem o desenvolvimento deste ramo.

O ramo de Incêndio e Outros Danos recuou ligeiramente face ao ano anterior (-0,9%), seguindo a tendência de recuo de maioria das modalidades Não Vida (Acidentes de Trabalho: -8,0%; Aéreo: -11,1% e Mercadorias Transportadas: -1,0%), à exceção do ramo Diversos (+4.0%).



## 2. A N SEGUROS EM 2013

Embora a contração económica, em 2013, se tenha revelado menos acentuada do que a inicialmente prevista e o segundo semestre tenha apresentado sinais importantes de recuperação, contrariando a generalidade das previsões, o quadro macroeconómico em Portugal foi de recessão, caracterizado por uma redução importante do consumo interno, por uma taxa de desemprego elevada e por um menor rendimento disponível das famílias. Com efeito, a situação económica do país não podia deixar de ter reflexos diretos na evolução da atividade seguradora, mais em concreto, ao nível dos ramos Não Vida (mais suscetíveis aos efeitos recessivos), os quais, pelo terceiro ano consecutivo, apresentaram uma diminuição dos prémios brutos emitidos, que, no essencial, se deveu ao comportamento de dois dos principais ramos de atividade – “Acidentes de Trabalho” e “Automóvel” –, conforme anteriormente referido.

Sendo a N Seguros, S. A. (N Seguros) uma seguradora direta que desenvolve a sua atividade com particular enfoque no ramo Automóvel, direcionado para clientes particulares, a redução da matéria segurável e a diminuição das coberturas facultativas (e.g. danos próprios, pessoas transportadas, etc.) tiveram um impacto substancial no desempenho da Empresa, como se pode verificar pela redução dos prémios brutos emitidos nas modalidades “veículos terrestre” (-18,1%) e “Pessoas Transportadas” (-11,3%), resultando numa pressão significativa do comportamento global dos prémios. Não obstante este impacto, a consolidação de medidas estruturais implementadas nos últimos anos, direcionadas para uma melhor seleção do risco e para uma maior dinâmica comercial, conferiram à N Seguros maior solidez, visível na resiliência perante os efeitos conjunturais e na estabilidade verificada na modalidade “Responsabilidade Civil”, cujos prémios reduziram, apenas, 1,8%, redução bastante menos acentuada que a do mercado em geral (-4,2%).

Complementarmente, a solidez do Grupo e o aproveitamento de sinergias continuam a representar uma mais-valia no prosseguimento dos principais objetivos estratégicos: Rentabilidade, Crescimento, Qualidade e Eficiência, tornando o posicionamento da N Seguros progressivamente mais sustentável.

As medidas implementadas no prosseguimento do plano de negócios resultaram, ainda, numa melhoria de 10 pontos percentuais no rácio combinado da Companhia, o qual se situou nos 90,8%, como resultado de uma quebra significativa nos custos (-11,7%) e de uma maior estabilidade no quadro de proveitos (redução de apenas 1,5%).

Por outro lado, a manutenção de políticas restritivas ao nível da subscrição e do rigor na seleção de risco e saneamento de carteira, assim como, um elevado volume de anulações, que em 2013 apresentaram um crescimento de, aproximadamente, 23%,

contribuíram, significativamente, para a contenção do crescimento, que apenas foi possível contrariar, em parte, por via de uma estratégia comercial mais eficiente, que resultou, em 2013, na captação de, aproximadamente, 26 mil contratos novos, o que representou um crescimento de 27%, face a 2012.

Por fim, tomando como referência a melhoria e consolidação dos principais indicadores técnicos e operacionais da N Seguros, estima-se que, ao longo do próximo ano, a Companhia continue a apresentar uma evolução favorável. Adicionalmente, face à perspetiva de melhoria do quadro macroeconómico e dos respetivos efeitos na atividade seguradora, prevê-se a continuação de resultados positivos em 2014.



## 2.1.Produção

### 2.1.1.Volume de Prémios

#### 2.1.1.1. Prémios Brutos Emitidos

Tendo em conta os efeitos conjunturais já referidos, assim como, o respetivo impacto na atividade seguradora, em 2013, os prémios brutos emitidos da N Seguros apresentaram uma contração de 4,7%. Assim, apesar de o impacto destes efeitos ter sido menor na N Seguros do que no mercado em geral, nomeadamente, no que se refere ao ramo “Automóvel”, a Companhia não se revelou “imune” aos efeitos conjunturais. Paralelamente, contribuiu, ainda, para esta redução, a implementação do fracionamento mensal, que se revelou crucial para a captação de novos clientes, mas cujo efeito nos prémios emitidos se revelou menos expressivo do que outros tipos de fracionamento, resultando num menor volume de prémios emitidos para o mesmo número de contratos, dado que só se considera emitido o recibo mensal e não a anuidade.

(Milhares de euros)	2011	2012	2013
<b>Prémio Brutos Emitidos</b>	12.040	12.105	11.541

#### 2.1.1.2. Prémios Adquiridos e Prémios Adquiridos líquidos de resseguro

Ao nível dos prémios adquiridos, interessa referir que, em 2013, foi detetado um erro no algoritmo informático que calculava, de acordo com o método *pro-rata temporis*, os prémios não adquiridos. Assim, após deteção e correção dos seus efeitos, no exercício em análise, foi efetuada a reexpressão do seu valor, com impacto nos prémios adquiridos de 2011 e 2012, conforme tabela abaixo.

Corrigido o efeito acima referido, em 2013, assistimos a uma redução de 1% nos prémios adquiridos e de 0,7% nos prémios adquiridos líquidos de resseguro, beneficiando estes de uma maior eficiência nos custos de resseguro. O melhor desempenho dos prémios adquiridos, face aos emitidos, resultou, exclusivamente, do efeito do fracionamento mensal, cujos prémios apenas são comparáveis aos restantes tipos de fracionamento quando analisados à luz do indicador de prémios adquiridos.

(Milhares de euros)	2011	2012	2013
<b>Prémio Adquiridos</b>	11.918	12.243	12.123

(Milhares de euros)

	2011	2012	2013
<b>Prémio Adquiridos Líquidos de Resseguro</b>	10.441	10.834	10.759

## 2.1.2. Nº de Apólices e Nº de Clientes

Conforme já referido, 2013 caracterizou-se por uma elevada pressão nos prémios da Companhia, essencialmente, como resultado da redução dos prémios nas modalidades “Veículos Terrestres” e “Pessoas Transportadas”. Contudo, o bom desempenho na captação de novas apólices e clientes permitiu que se verificasse um ligeiro crescimento nestes indicadores. Assim, em 2013, o número de apólices em vigor cresceu 0,4% e o número de clientes 0,5%.

Num contexto difícil para a atividade seguradora, em que assistimos à estagnação do número de apólice em vigor (em 2012, de acordo com informação da APS, a variação das apólices em vigor, para o ramo Automóvel, foi nula), o crescimento da N Seguros, neste indicador, embora residual, e a capacidade verificada na captação de novas apólices demonstraram uma tendência positiva. Não obstante este esforço, assistimos, em 2013, a um significativo crescimento das anulações (mais de 25 mil contratos anulados). Com efeito, a atual conjuntura económica veio pressionar, ainda mais, o valor dos prémios no referido ramo (segundo dados da APS o valor do prémio médio por apólice reduziu 14,5% em 2013), o que tem incentivado o aumento das anulações de contratos e, consequentemente, a rotatividade da carteira.

	2011	2012	2013
<b>Nº de Apólices em Vigor</b>	64.881	64.753	65.003
	2011	2012	2013
<b>Nº de Clientes</b>	63.866	63.412	63.709

## 2.1.3. Quota de Mercado

Em 2013, a quota de mercado da N Seguros manteve-se estável, quer no conjunto dos ramos Não Vida, quer no ramo Automóvel.

	2011	2012	2013
<b>Quota de Mercado Não Vida</b>	0,29%	0,31%	0,31%
	2011	2012	2013
<b>Quota de Mercado Ramo Automóvel</b>	0,63%	0,72%	0,72%



Por outro lado, considerando apenas o universo das seguradoras de canais diretos, em comparação com o exercício de 2012, a quota de mercado da N Seguros apresentou uma ligeira redução, inferior a 0,1 pontos percentuais.

	2011	2012	2013
<b>Quota de Mercado Ramo Automóvel (Canal Directo)*</b>	12,03%	12,07%	11,98%

\* Considerando os valores da Via Directa / Ok Telesseguros, Seguro Directo, Seguros Logo e N Seguros.



## 2.2. Sinistralidade

### 2.2.1. Taxa de Sinistralidade

Em 2013, assistimos a uma redução da taxa de sinistralidade da N Seguros superior a 10 pontos percentuais, o que representa uma variação da sinistralidade, face a 2012, de -18,5%. Este efeito deveu-se, em parte, à melhoria da sinistralidade do sector, em especial do ramo Automóvel, mas, sobretudo, a uma melhoria da carteira da Companhia, como resultado da política de subscrição, nomeadamente, na seleção de risco e saneamento de carteira.

	2011	2012	2013
<b>Taxa de Sinistralidade</b>	<b>86,60%*</b>	<b>74,3%*</b>	<b>63,5%*</b>

(Custo com Sinistros/Prémios Brutos Emitidos)

\* O cálculo da taxa de sinistralidade não inclui a imputação dos gastos gerais à função de sinistros

### 2.2.2. Sinistros em curso, abertos e encerrados

No que se refere ao número de processos abertos, em curso e encerrados, em 2013, verificou-se uma redução de, aproximadamente, 1,9% nos processos abertos, 2,6% nos processos em curso e 0,4% nos processos encerrados.

	2011 (Qt.)	2012 (Qt.)	2013 (Qt.)
<b>Sinistros Abertos</b>	<b>13.036</b>	<b>12.770</b>	<b>12.530</b>
<b>Sinistros em Curso</b>	<b>2.902</b>	<b>3.009</b>	<b>2.932</b>
<b>Sinistros Encerrados</b>	<b>14.923</b>	<b>12.663</b>	<b>12.607</b>

### 2.2.3. Taxa de Encerramento

No que respeita à taxa de encerramento, em 2013, este indicador situou-se ligeiramente acima dos 100%, representando uma melhoria face ao ano transato (99,2%).

	2011	2012	2013
<b>Taxa de Encerramento</b>	<b>114,5%</b>	<b>99,2%</b>	<b>100,6%</b>

(n.º processos encerrados/n.º processos abertos)

### 2.3. Resseguro

Neste âmbito, o resultado foi favorável para os Resseguradores e apresentou, em 2013, um saldo de 1.305 milhares de euros. A maioria dos prémios diz respeito às garantias contratadas no âmbito da assistência em viagem. Os correspondentes custos com sinistros são suportados pelo Ressegurador.

O rácio de cedência bruto foi de 11,3%, em 2013. Em comparação com o ano transato, os prémios de resseguro diminuíram 4%.

<i>(Milhares de euros)</i>	2011	2012	2013
<b>Prémios</b>	1.431	1.359	1.305
<b>Provisões para prémios não adquiridos</b>	46	50	59

Apresenta-se o painel de Resseguradores de suporte ao Programa de Resseguro de 2013 (Tratado de Automóvel), o qual manteve um excelente nível de *rating*:

<b>RESSEGURADORES</b>	<b>S&amp;P</b>	<b>AM Best</b>
<i>COMPAGNIE SUISSE DE RÉASSURANCES (leader)</i>	AA-	
<i>MUNCHENER</i>	A	
<i>ASSURANCE MUTUELLES DE FRANCE</i>		A
<i>MAPFRE RE</i>		A
<i>NACIONAL REASEGUROS, SA</i>		A-
<i>ODYSSEY RE</i>		A
<i>PARTNER RE</i>	A+	
<i>R+V VERSICHERUNGS-GESELLSHAFT</i>	AA-	
<i>SCOR</i>	A+	

Destaca-se, ainda, o importante papel desempenhado, em 2013, pela Companhia *Europ-Assistance*, no domínio da assistência em viagem.

## 2.4. Análise Financeira

### 2.4.1. Resultado Antes de Impostos e Resultado Líquido

No final do seu sexto ano de atividade e pelo segundo ano consecutivo, a N Seguros apresentou um resultado líquido positivo (833 mil euros). O resultado antes de impostos foi de, aproximadamente, 1,15 milhões de euros e os capitais próprios apresentaram uma recuperação de 791 mil euros. O resultado alcançado em 2013 foi fruto da conjugação de uma relativa estabilidade dos prémios adquiridos (-0,98%) e de uma redução substancial da sinistralidade (-18,5%). Neste exercício assistimos, ainda, a uma redução de 4% nos custos com resseguro e a um aumento de, aproximadamente, 9% nos gastos gerais.

<i>(Milhares de euros)</i>	2011	2012	2013
<b>Resultado Antes do Imposto</b>	-3.837	1.253	1.150
<b>Resultado Líquido</b>	-3.217	1.094	833
<b>Capitais Próprios</b>	-4.987	-3.615	-2.824

**Nota:** Conforme já referido, a correção do erro verificado no algoritmo informático que calculava os prémios não adquiridos obrigou à reexpressão dos valores de 2011 e 2012, com impacto nas rubricas apresentadas na tabela acima.

Face à manutenção da situação de capitais próprios negativos (-2.824 milhões de euros), nos termos do Artº. 35º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração requereu, no âmbito da convocação da Assembleia Geral da N Seguros, S.A., a inclusão de um ponto específico na Agenda para informar o Acionista desta situação e este poder tomar as medidas julgadas convenientes.

### 2.4.2. Despesas Gerais

No presente exercício, as despesas gerais da Companhia situaram-se um pouco acima dos 3,5 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de, aproximadamente, 9% face ao exercício anterior. Este aumento resultou, no essencial, do aumento dos custos de aquisição, do novo programa de formação e de ações de consultoria realizadas em 2013 (gestão de ricos e marketing).

<i>(Milhares de euros)</i>	2011	2012	2013
<b>Custos com Pessoal</b>	966	1.000	1.215
<b>Conservação e Reparação</b>	2,9	9,9	10,0

<b>Rendas e Alugueres</b>	206,2	142,6	167,2
<b>Comunicação</b>	187,1	175,8	196,9
<b>Serviços Contratados</b>	465,5	456,8	330,9
<b>Despesas de Representação</b>	0,9	0,8	1,9
<b>Seguros</b>	6,7	6,0	6,0
<b>Publicidade e Propaganda</b>	676,9	662,2	790,9
<b>Reintegrações/Amortizações</b>	215,8	236,9	250,0
<b>Outros</b>	377,2	522,5	538,8
	<b>3.273,30</b>	<b>3.213,06</b>	<b>3.507,89</b>

O acréscimo verificado na rubrica “custos com pessoal” resultou da integração de sete colaboradores que, em 2011 e 2012, desempenhavam funções na N Seguros em regime de *outsourcing*. No entanto, este aumento foi compensado, em parte, pela redução na rubrica “Serviços Contratados”. Adicionalmente, interessa referir que os projetos desenvolvidos nas áreas da formação e consultoria (gestão de riscos e marketing) contribuíram para o aumento das rubricas “Custo com Pessoal” e “Serviços Contratados”, respetivamente.

#### 2.4.3. Resultado Operacional

Em 2013, o resultado operacional da N Seguros foi de 1,15 milhões de euros e o resultado líquido de 833 mil euros, conforme já referido. O bom desempenho conseguido neste exercício resultou da consolidação das medidas que têm vindo a ser implementadas desde o início do processo de reestruturação, iniciado em 2010.

<i>(Milhares de euros)</i>	2011	2012	2013
<b>Prémios Brutos Emitidos</b>	12.040	12.105	11.541
<b>PPNA (var.)</b>	-122	138	582
<b>Custos com Sinistros</b>	11.518	10.042	8.480
<b>Outras Provisões Técnicas</b>	-1.073	1.701	333
<b>Resseguro</b>	1.477	1.409	1.365
<b>Custos e Gastos de Exploração Líquidos</b>	2.042	1.953	2.166
<b>Resultado Líquido</b>	-3.217	1.094	833

**Nota:** A reexpressão referente aos exercícios de 2011 e 2012 está refletida nas rubricas “PPNA (var.)” e “Outras Provisões Técnicas”.

#### 2.4.4. Investimentos

O valor da carteira de investimentos da N Seguros registou, em 2013, um montante de, aproximadamente, 16,3 milhões de euros, dos quais mais de 92% estão alocados a obrigações.

(Milhares de euros)	2011		2012		2013	
	Euros	%	Euros	%	Euros	%
<b>Títulos Dívida Pública</b>	1.794	9,49%	1.317	7,71%	640	3,94%
<b>Fundos de Investimento</b>	1.337	7,07%	1.473	8,62%	402	2,47%
<b>Obrigações Diversas</b>	3.753	19,85%	8.917	52,19%	15.038	92,46%
<b>Ações</b>	273	1,44%	0	0,00%	0	0,00%
<b>Liquidez (depósitos a prazo e à ordem)</b>	11.745	62,13%	5.379	31,48%	185	1,14%
<b>Total</b>	18.903	100%	17.087	100,00%	16.265	100,00%

A redução do valor total de investimentos decorreu da regularização de pendentes de tesouraria. Refira-se, no entanto, que a redução verificada em 2013 representou uma variação de -55%, face à redução de 2012.

#### 2.4.5. Garantias Financeiras – Margem de Solvência

As responsabilidades da N Seguros encontravam-se, à data de 31.12.2013, devidamente representadas, sendo a taxa de cobertura da margem de solvência de 167%.

#### 2.4.6. Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do art. 66 do Código das Sociedades, propõe-se que o resultado do exercício de 2013, registando um lucro no montante de 832.593,93 euros, seja aplicado na rubrica de Resultados Transitados.

<b>Rendas e Alugueres</b>	206,2	142,6	167,2
<b>Comunicação</b>	187,1	175,8	196,9
<b>Serviços Contratados</b>	465,5	456,8	330,9
<b>Despesas de Representação</b>	0,9	0,8	1,9
<b>Seguros</b>	6,7	6,0	6,0
<b>Publicidade e Propaganda</b>	676,9	662,2	790,9
<b>Reintegrações/Amortizações</b>	215,8	236,9	250,0
<b>Outros</b>	377,2	522,5	538,8
	<b>3.273,30</b>	<b>3.213,06</b>	<b>3.507,89</b>

O acréscimo verificado na rubrica “custos com pessoal” resultou da integração de sete colaboradores que, em 2011 e 2012, desempenhavam funções na N Seguros em regime de *outsourcing*. No entanto, este aumento foi compensado, em parte, pela redução na rubrica “Serviços Contratados”. Adicionalmente, interessa referir que os projetos desenvolvidos nas áreas da formação e consultoria (gestão de riscos e marketing) contribuíram para o aumento das rubricas “Custo com Pessoal” e “Serviços Contratados”, respetivamente.

#### 2.4.3. Resultado Operacional

Em 2013, o resultado operacional da N Seguros foi de 1,15 milhões de euros e o resultado líquido de 833 mil euros, conforme já referido. O bom desempenho conseguido neste exercício resultou da consolidação das medidas que têm vindo a ser implementadas desde do início do processo de reestruturação, iniciado em 2010.

<i>(Milhares de euros)</i>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Prémios Brutos Emitidos</b>	12.040	12.105	11.541
<b>PPNA (var.)</b>	-122	138	582
<b>Custos com Sinistros</b>	11.518	10.042	8.480
<b>Outras Provisões Técnicas</b>	-1.073	1.701	333
<b>Resseguro</b>	1.477	1.409	1.365
<b>Custos e Gastos de Exploração Líquidos</b>	2.042	1.953	2.166
<b>Resultado Líquido</b>	-3.217	1.094	833

**Nota:** A reexpressão referente aos exercícios de 2011 e 2012 está refletida nas rubricas “PPNA (var.)” e “Outras Provisões Técnicas”.

#### 2.4.4. Investimentos

O valor da carteira de investimentos da N Seguros registou, em 2013, um montante de, aproximadamente, 16,3 milhões de euros, dos quais mais de 92% estão alocados a obrigações.

(Milhares de euros)	2011		2012		2013	
	Euros	%	Euros	%	Euros	%
<b><i>Títulos Dívida Pública</i></b>	1.794	9,49%	1.317	7,71%	640	3,94%
<b><i>Fundos de Investimento</i></b>	1.337	7,07%	1.473	8,62%	402	2,47%
<b><i>Obrigações Diversas</i></b>	3.753	19,85%	8.917	52,19%	15.038	92,46%
<b><i>Ações</i></b>	273	1,44%	0	0,00%	0	0,00%
<b><i>Liquidez (depósitos a prazo e à ordem)</i></b>	11.745	62,13%	5.379	31,48%	185	1,14%
<b><i>Total</i></b>	18.903	100%	17.087	100,00%	16.265	100,00%

A redução do valor total de investimentos decorreu da regularização de pendentes de tesouraria. Refira-se, no entanto, que a redução verificada em 2013 representou uma variação de -55%, face à redução de 2012.

#### 2.4.5. Garantias Financeiras – Margem de Solvência

As responsabilidades da N Seguros encontravam-se, à data de 31.12.2013, devidamente representadas, sendo a taxa de cobertura da margem de solvência de 167%.

#### 2.4.6. Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do art. 66 do Código das Sociedades, propõe-se que o resultado do exercício de 2013, registando um lucro no montante de 832.593,93 euros, seja aplicado na rubrica de Resultados Transitados.



## 2.5. Posicionamento e Imagem

### 2.5.1. Posicionamento

Em consonância com o plano estratégico e face aos bons resultados alcançados em anos anteriores, em 2013, a estratégia de marketing e de comunicação da N Seguros manteve um posicionamento assente em princípios de segmentação, em detrimento de uma comunicação em massa. Desta forma, a Companhia direcionou os seus investimentos, maioritariamente, para o canal digital, sem, no entanto, menosprezar a importância de investimentos em relações públicas, patrocínios, parcerias estratégicas (com benefícios para os seus clientes: e.g. Pousadas de Portugal e Zoomarine), assim como, outro tipo de ações que representassem uma interação mais eficaz com o seu público-alvo.

Neste quadro, assistimos a um reforço da presença e afirmação da marca nos diversos meios digitais, assim como, a uma presença relevante em iniciativas de cariz lúdico, social e humanitário.

### 2.5.2. Comunicação Promocional

No âmbito da comunicação promocional, assistimos, em 2013, a um reforço do número e regularidade das campanhas realizadas – em média mais de uma campanha por mês. Com estas ações procurou-se garantir uma maior adequação ao canal digital, no que se refere à duração das campanhas, uma comunicação mais segmentada e dirigida, com base nos produtos em promoção e no público-alvo a que se destinavam, e uma melhor adaptação aos suportes de comunicação utilizados, tais como, “Search”, “Display”, Redes de Afiliados, Redes Sociais e Imprensa (e.g. revistas especializadas). Simultaneamente, foram realizadas campanhas de natureza mais generalista.

No âmbito das Redes Sociais, em 2013, foi lançada a página institucional da N Seguros no Facebook. Este meio de comunicação tem sido uma ferramenta importante na realização de passatempos regulares e promoção da imagem e notoriedade da Companhia, permitindo uma maior aproximação e fortalecimento da relação com o seu público-alvo.

As ações de relações públicas têm continuado a potenciar a notoriedade da marca, apoiando o lançamento de novas campanhas e promoções e noticiando patrocínios e ações de responsabilidade social levadas a cabo pela Empresa. O programa de comunicação institucional da N Seguros tem tido uma aceitação interessante, por

parte dos *media*, e representou um significativo ganho em termos de eficiência dos investimentos realizados em comunicação.

### 2.5.3. Patrocínios

Dando continuidade a uma política de patrocínios cujo posicionamento se destaca pela relevância social e humanitária das iniciativas, a N Seguros marcou presença na “1ª Corrida Montepio”, dedicada ao projeto “Portugal Mais Feliz” da Cruz Vermelha Portuguesa. As receitas angariadas, no âmbito desta iniciativa, foram doadas, na totalidade, à Cruz Vermelha Portuguesa.

Pela sua importância mediática, destaca-se, ainda, o patrocínio do festival de música “Optimus Alive” que, para além da sua relevância em termos de notoriedade, permitiu à N Seguros realizar um conjunto complementar de ações, dinamizadas na sua página do Facebook e dirigidas a um dos seus principais públicos-alvo (segmento feminino). Este patrocínio contou com um espaço dedicado às “futuras mães”, as quais puderam assistir aos concertos em total segurança e conforto, com várias iniciativas lúdicas e apoiadas por uma enfermeira obstetra durante os 3 dias do festival.

### 2.5.4. Investimentos de Marketing

Tal como em anos anteriores, e tendo em conta o seu peso no conjunto dos gastos gerais, a racionalização dos investimentos em marketing foi crítica para uma maior eficiência operacional da N Seguros.



## 2.6. Principais Projetos Desenvolvidos em 2013

Os principais projetos desenvolvidos e implementados em 2013 resultaram da continuidade do plano estratégico definido para a Empresa, o qual tem vindo a garantir a estabilização da sua operação e a consolidação dos seus resultados, nomeadamente, no que se refere à eficiência operacional, ao rigor técnico, ao controlo de custos, à eficácia comercial e à rendibilização dos seus investimentos.

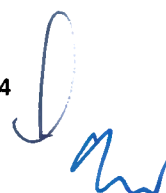
### 2.6.1. Reestruturação do *Site* da N Seguros

Na sequência da reestruturação do *site* da N Seguros, iniciado em 2012 e que abrangeu toda a área institucional, em 2013, deu-se início ao projeto de reestruturação da área de negócio (simuladores e formulários de subscrição). Esta intervenção teve como principal objetivo melhorar as taxas de concretização e, consequentemente, reduzir o abandono ao longo das várias etapas do processo de subscrição, procurando garantir uma navegação mais rápida, simples e intuitiva, resultando numa melhor experiência global para os utilizadores. Na sua preparação foram realizados testes de usabilidade assentes em tecnologia “*eye-tracking*”.

### 2.6.2. Programas de Retenção e Fidelização de Clientes

Com o objetivo de promover uma menor rotatividade da carteira da Companhia, em 2013, a N Seguros desenvolveu diversos programas de retenção e fidelização dos seus clientes.

Estes programas, assentes em análises estatísticas e estudos de mercado, procuraram, num primeiro momento, identificar o perfil de clientes com maior propensão para a anulação, para, de seguida, implementar medidas específicas de retenção tendo em conta os resultados dos referidos estudos e os perfis identificados. Assim, integrando medidas de natureza tecnológica, operacional e de marketing, as ações desenvolvidas foram dirigidas a segmentos específicos de clientes, previamente selecionados, aos quais se atribuíram benefícios de natureza diversa, com o intuito de fortalecer a relação com a N Seguros.



### 2.6.3. Gestão de Riscos

Tendo em conta a necessidade de introduzir melhorias no sistema de gestão de riscos, em 2013 foi desenvolvido um projeto de formação e consultoria com os seguintes objetivos:

- Aumentar os conhecimentos dos intervenientes na área da Gestão de Riscos;
- Conhecer e aprofundar as boas práticas internacionais ao nível da Gestão dos Riscos e da Auditoria Interna;
- Promover um conjunto de melhorias no Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno;
- Sensibilizar os participantes para uma cultura de gestão onde a performance do negócio e a gestão dos riscos se encontrem perfeitamente alinhadas.

Complementarmente, a continuação da cuidada atenção no domínio dos investimentos financeiros e da escolha de novos parceiros nesta área permitiu melhorar a exposição da N Seguros aos riscos de investimento.

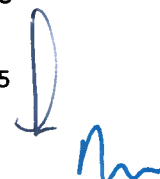
No âmbito do risco específico de seguro, a continuidade das medidas de saneamento de carteira e o rigor na seleção inicial do risco foram determinantes no controlo da sinistralidade e na melhoria do rácio combinado.

### 2.6.4. Formação e Cliente Mistério

Em 2013, foi realizado um estudo com o objetivo de analisar o perfil de competências dos colaboradores da N Seguros com base numa matriz de competências previamente construída para o efeito e de acordo com a natureza das diferentes funções. Desta forma, foi possível munir a estrutura da Companhia de uma ferramenta importante para as áreas da gestão de recursos humanos, como o recrutamento e seleção, a avaliação de desempenho, a gestão de carreiras, a mobilidade interna e a formação.

Com base nos resultados obtidos desenvolveu-se um programa de formação à medida das necessidades de cada um dos colaboradores e da Empresa, procurando promover uma maior eficiência na gestão das equipas, processos e relação com os clientes, com o intuito de melhorar a qualidade de serviço. Adicionalmente, procurou-se melhorar a eficácia comercial, com enfoque principal no *cross e up-selling*. Assim, em 2013, deu-se início a um vasto programa de formação direcionado a todos os colaboradores da N Seguros, cuja conclusão está prevista para o início de 2014.

Complementarmente às ações “em sala”, o programa de formação contemplou a realização de um conjunto de ações “on job”, as quais implicaram o acompanhamento



dos colaboradores no exercício das suas funções. Como forma de preparação prévia deste acompanhamento e de *benchmark* face aos principais concorrentes, foi realizado um conjunto de ações de “Cliente Mistério” que permitiram analisar o desempenho comercial dos colaboradores da N Seguros e a aplicação dos modelos e técnicas transmitidas ao longo da formação em sala.

#### 2.6.5. Gestão de Protocolos e Grupos de Afinidades

De forma a potenciar a dinamização dos protocolos que têm vindo a ser firmados com diferentes entidades e tendo em conta o potencial de negócio e os níveis de rentabilidade desta área, em 2013, implementou-se um projeto de acompanhamento de grupos de afinidades. Este projeto tem como principais objetivos promover uma gestão mais adequada dos contratos em vigor, aumentar o número de protocolos em carteira e, conseqüentemente, o número de seguros subscritos.



## 2.7.Recursos Humanos

### 2.7.1. Quadro de Pessoal

A valorização, motivação e desenvolvimento dos seus colaboradores têm sido preocupações centrais na gestão de recursos humanos da N Seguros. Com efeito, em 2013, foi desenvolvido e implementado um programa de formação que envolveu 32 colaboradores, num total 1.054 horas de formação e que abrangerá os restantes 28 colaboradores da Empresa no início de 2014. Estas ações têm como objetivo promover a aquisição de novas competências, incrementar os níveis de motivação e aumentar a produtividade ao nível de toda a empresa.

A preocupação na promoção de um clima de bem-estar e participação ativa, assim como, uma adequada política de promoções e mobilidade interna, têm sido ferramentas importantes na gestão de expectativas, satisfação e estabilidade da estrutura de recursos humanos, resultando em baixos níveis de *turnover*, ganhos de produtividade e melhoria da qualidade do trabalho realizado.

A equipa da N Seguros tem-se revelado um ativo valioso na resposta aos diversos desafios e no prosseguimento dos objetivos estratégicos da Companhia.

O quadro de pessoal, no final de 2013, era composto por 60 colaboradores, dos quais 65% com vínculo por tempo indeterminado e 35% com vínculo a termo certo. Estes indicadores refletem a importância atribuída à gestão de recursos humanos e a preocupação em fomentar a estabilidade nas equipas, garantindo, assim, um serviço de excelência.

	2012		2013	
	Qt.	%	Qt.	%
<b>N.º Colaboradores</b>	49	100%	60	100%
<b>Direção</b>	1	2%	1	2%
<b>Área Operacional</b>	33	67%	43	72%
<b>Área Técnica</b>	14	29%	14	23%
<b>Área Mercado</b>	1	2%	2	3%
<b>Prémios / N.º Colaboradores (m€)</b>	247,05 €		192,35 €	
<b>N.º Apólices / Colaborador</b>	1.321		1.083	

O aumento do quadro pessoal, em onze colaboradores, resultou das seguintes necessidades:

- Integração de 7 colaboradores que, em 2012, se encontravam em regime de *outsourcing*;
- Contratação de 1 colaborador para a área de expediente geral e gestão documental;
- Contratação de 1 colaborador para a área de mercados;
- Contratação de 3 colaboradores para reforçar a equipa do Contact Center:
  - 1 colaborador por mobilidade interna, na sequência da saída de um elemento para a equipa técnica;
  - 2 colaboradores para fazer face a ausências por licença de parentalidade e por aumento do número de chamadas e contratos subscritos via Contact Center.

Interessa referir, ainda, que a Companhia integra três colaboradores da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., através de contratos de cedência temporária (indicados no quadro acima).



### 3. PERSPETIVAS 2014

#### 3.1 Economia e Atividade Seguradora

Apesar da persistência de alguns riscos para o crescimento mundial, as perspetivas atuais afiguram-se mais otimistas do que no ano passado. Este cenário assenta na aceleração do crescimento dos EUA, no crescimento, ainda que ligeiro, da zona euro e na expansão verificada no Reino Unido e no Japão. Com efeito, uma parte significativa dos principais blocos económicos apresenta melhores perspetivas económicas do que no ano transato. Os países que constituem a UEM, que pesam cerca de 18% do PIB mundial, deverão gerar um contributo importante para a concretização desta perspetiva, ainda que o produto registe uma evolução modesta.

Por outro lado, os mercados emergentes deverão enfrentar um ambiente externo menos favorável, nomeadamente, para as economias mais dependentes de fundos externos, dada a trajetória esperada para a política monetária e a expectativa de que, em 2014/2015, comece a reduzir-se a liquidez no sistema financeiro global. Assim, este pode ser um risco para o equilíbrio global, considerando o peso que este grupo de países assume no PIB mundial. Ainda assim, e em linha com todas as previsões para 2014, o Banco Mundial prevê um crescimento da economia global em 3,2%

Em Portugal e de acordo com as previsões do Banco de Portugal, estima-se que 2014 seja o ano do regresso ao crescimento económico, com uma evolução de 0,8% do PIB, que evoluirá para 1,3% em 2015. Assim, tudo indica que estamos perante o fim do quadro recessivo que marcou os últimos anos, essencialmente, por força do desempenho muito positivo das exportações e de uma recuperação gradual, mas lenta, da procura interna.

Quanto à taxa de inflação, esta deverá situar-se nos 1,1% em 2014, refletindo um contexto de contenção das pressões inflacionistas internas e externas, num quadro de recuperação moderada da economia mundial e de continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa. O fraco dinamismo da procura interna e a continuação de condições desfavoráveis no mercado de trabalho deverão contribuir para a manutenção da moderação salarial.

Quanto ao mercado segurador, prevêem-se grandes desafios para 2014. Nos ramos Não Vida e, em particular, no segmento Automóvel, poderá ser expectável alguma recuperação, tendo em conta as perspetivas positivas desta indústria, face a um parque automóvel cada vez mais envelhecido.





### 3.2 A N Seguros em 2014

O equilíbrio técnico e operacional da N Seguros tem-se evidenciado através da evolução do seu rácio combinado e da melhoria da sinistralidade, fruto de uma política de rigor no controlo de custos, na política de subscrição e no saneamento de carteira. A maior eficiência nos investimentos de marketing e a eficácia das campanhas promocionais têm garantido um posicionamento comercial consistente e competitivo. A segmentação da oferta e o prosseguimento de um serviço de excelência têm permitido uma melhoria nos níveis de satisfação de clientes, terceiros e fornecedores. Face ao atual posicionamento e perante a perspetiva de alguma recuperação económica, prevê-se que 2014 apresente oportunidades e desafios que permitam a continuação de uma evolução sólida e consistente.

Em 2014, a gestão de parcerias e de protocolos assumirá um papel cada vez mais relevante na distribuição da oferta e na alavancagem do crescimento. A aposta nos ramos de Saúde e de Acidentes Pessoais e a diversificação da oferta, aliadas a preços competitivos e ajustados ao risco, serão elementos centrais do plano estratégico da N Seguros.

No que se refere à política de marketing e de comunicação, tendo em conta os bons resultados alcançados no passado, prevê-se a manutenção das parcerias em curso e a continuação de uma estratégia assente na segmentação e direcionada para os canais digitais, sem descurar, naturalmente, outros os meios complementares de interação com o mercado.

A resiliência demonstrada nos últimos anos, perante uma economia depressiva, as perspetivas de recuperação económica e o crescimento das vendas no setor automóvel (com repercussões diretas no crescimento da atividade seguradora), aliadas ao empenho e profissionalismo das equipas (reforçados com o investimento efetuado na formação) e a aposta na diversificação da carteira e na venda cruzada serão determinantes para fazer face aos desafios futuros.



#### **4. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO**

Nos termos do disposto no art. 2º, do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro e do art. 21º, do Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, indica-se que, à data de 31/12/2013, não existiam quaisquer dívidas ao Sector Público Estatal cujo pagamento esteja em mora, nem dívidas à Segurança Social.



## **5. OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS**

A Companhia mantém a sua política neste domínio.

Os investimentos da N Seguros S.A. procuraram ter em conta o tipo de operações que a Empresa realiza, de forma a garantir critérios de rendibilidade, liquidez e segurança, com observância dos princípios de diversificação e dispersão dos riscos.

A política de investimento, em 2013, foi definida pelo Conselho de Administração da N Seguros, o qual teve em atenção a situação do mercado de capitais, tendo optado por uma gestão prudente, onde a segurança e liquidez dos investimentos prevaleceu. Por esta razão, a utilização de produtos derivados, sendo permitida na medida em que contribua para uma gestão eficaz da carteira e para a redução do risco de taxa de juro e/ou cambial, não foi utilizada.

## **6. ACÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS**

De acordo com o n.º 5, do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, confirma-se que nenhum dos membros dos Órgãos Sociais detinha qualquer ação na N Seguros, S.A., em 31.12.2013.

### **Participação de Acionistas**

De acordo com o n.º 4, do art. 448 do Código das Sociedades, informa-se que a LUSITANIA, Companhia de Seguros, S.A. detém 100% das ações da N Seguros, S.A.



## 7. DISPOSIÇÕES FINAIS

### Reconhecimento

O Conselho de Administração entende ser seu dever expressar o seu reconhecimento e agradecimento público às seguintes entidades:

- ✓ Aos Clientes, pela preferência com que distinguiram a Companhia;
- ✓ Ao Acionista, pelo relevante apoio e confiança que tem demonstrado;
- ✓ Ao Instituto de Seguros de Portugal, pela atenção com que acompanha o desenvolvimento da Companhia;
- ✓ À Associação Portuguesa de Seguradores e Resseguradores;
- ✓ Aos parceiros que acompanham e apoiam o esforço de desenvolvimento da Companhia;
- ✓ A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e dedicação.

Lisboa, 12 de Março de 2014

O Conselho de Administração



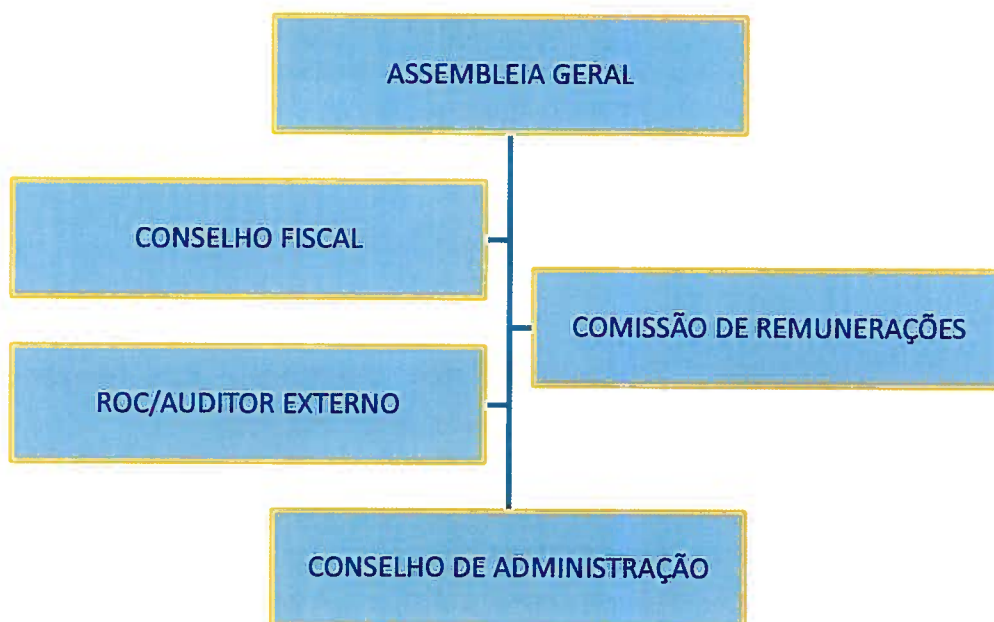
Virgílio Manuel Boavista Lima (Presidente)



António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo (Vogal)

## ANEXO 1. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### 1. Estrutura do Governo



Nos termos estatutários, a gestão da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração, composto por dois a quinze membros eleitos trienalmente, sendo permitida a sua reeleição.

Atualmente, o Conselho de Administração eleito para o triénio 2013/2015 é composto por dois Administradores – um Presidente do Conselho de Administração e um Administrador.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da Companhia com os mais amplos poderes. A Fiscalização dos atos de administração é exercida por um Conselho Fiscal, composto por três membros eleitos trienalmente em Assembleia Geral, podendo ser reeleitos.

### 2. Identificação e Composição dos Órgão Sociais

#### Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Secretário	Joana Folhadela Marques

### **Conselho de Administração**

Presidente	Virgílio Manuel Boavista Lima
Administrador	António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo

### **Conselho Fiscal**

Presidente	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Vogal	António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vogal	Armindo Marques Matias

### **Revisor Oficial de Contas**

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

## **3. Qualificação Profissional dos membros do Conselho de Administração e atividade exercida nos últimos anos**

### Virgílio Manuel Boavista Lima, Presidente do Conselho de Administração

Qualificação Profissional: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e Mestre em Gestão, pelo mesmo Instituto.

Atividade nos últimos anos:

- Presidente do Conselho de Administração da N Seguros, SA, desde 2010;
- Administrador da LUSITANIA, Companhia de Seguros, SA, desde 2008;
- Administrador da SILVIP, Sociedade Gestora de Fundos e Investimentos Prediais, SA;
- Administrador da *Société d'Investissement à Capitale Variable PVCi – Portugal Venture Capital Initiative*;
- Administrador da Caixa Económica de Cabo Verde;
- Administrador da “MG Fundos – Sociedade Gestora de Fundos”;
- Administrador da “MG Patrimónios – Sociedade Gestora de Patrimónios”;
- Membro do Conselho Geral do Montepio Geral e da Fundação Montepio Geral.

### António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo

Qualificação Profissional: Frequência do 4º ano do curso de Engenharia Técnica do Instituto Superior Técnico

Atividade nos últimos anos:

- Administrador da N Seguros, S.A. desde 2011;
- Assessor da Comissão Executiva da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. desde 2013;
- Diretor Coordenador da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. desde 2005;

- Diretor de Serviços da Lusitania Companhia de Seguros entre 1992 e 2005;
- Diretor Geral Adjunto da Pearl Portugal, Companhia de Seguros entre 1987 e 1992.

#### **4. Política de Remuneração**

A Comissão de Remunerações, eleita em Assembleia Geral, determina a remuneração dos órgãos sociais da Companhia.

Nos termos da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações submete, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral, uma declaração contendo a política de remuneração dos órgãos sociais.

As remunerações dos órgãos sociais da N Seguros, S.A. foram aprovadas na Assembleia Geral de 25 de Março de 2013, tendo havido uma atualização salarial do Conselho Fiscal.

O Presidente do Conselho de Administração, Virgílio Manuel Boavista Lima e o Administrador, António Paulo Raimundo não auferem qualquer remuneração fixa e regular, nem lhes é atribuível qualquer componente de remuneração variável pelo exercício dos respetivos cargos.

Em matéria de Remunerações não existe recurso a consultores externos.

A proposta da política de remunerações para 2014, elaborada nos termos do estabelecido na circular do ISP n.º 6/2010, de 1 de Abril, tal como será apresentada à Assembleia de 31 de Março de 2014, consta do anexo ao relatório.

#### **5. Composição da Comissão de Remunerações**

A Comissão de Remunerações eleita, para o triénio 2013/2015, é composta por:

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Vogal	José António de Arez Romão
Vogal	Maria Manuela Traquina Rodrigues



## **6. Remunerações Auferidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do art. 2º, da Lei n.º 28/2009)**

### **a. Agregado**

Conselho de Administração – 0 euros

Conselho Fiscal – 11.000 euros

### **b. Individual**

#### Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima - 0 euros

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo - 0 euros

#### Conselho Fiscal

José Augusto Perestrello Alarcão Troni - 4.000 euros

António Pedro de Sá Alves Sameiro - 3.500 euros

Armindo Marques Matias - 3.500 euros

## **7. Remunerações do Auditor/Revisor Oficial de Contas**

O valor faturado pelos auditores externos/revisor oficial de contas, KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., ascendeu, em 2013, a 53.007 euros (com IVA à taxa legal em vigor) e compreende os trabalhos relacionados com a Auditoria Externa e com a emissão da Certificação Legal de Contas.





**N Seguros, S.A.**

Zona Industrial da Maia I - Sector IX - Lote 20  
Moreira da Maia 4470-440 Maia

info@nseguros.pt www.nseguros.pt  
Tel 707 50 25 25 Fax 220 90 77 77

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2013

**N SEGUROS, S.A.**

## N SEGUROS, S.A.

## CONTA DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

(valores em euros)

	Rubricas	2013			2012
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	10.758.523	-	10.758.523	10.834.161
5	Prémios brutos emitidos	11.540.813	-	11.540.813	12.105.432
5	Prémios de resseguro cedido	(1.305.036)	-	(1.305.036)	(1.358.943)
5	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	582.213	-	582.213	137.614
5	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(59.467)	-	(59.467)	(49.943)
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(8.479.617)	-	(8.479.617)	(10.042.312)
	Montantes pagos	(9.901.412)	-	(9.901.412)	(11.004.731)
6; 8; 21	Montantes brutos	(9.901.412)	-	(9.901.412)	(11.004.731)
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
	Provisão para sinistros (variação)	1.421.795	-	1.421.795	962.419
6; 21	Montante bruto	1.421.795	-	1.421.795	962.419
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
7; 21	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	333.342	-	333.342	1.700.940
	Custos e gastos de exploração líquidos	(2.166.427)	-	(2.166.427)	(1.952.872)
8	Custos de aquisição	(1.659.032)	-	(1.659.032)	(1.451.732)
8	Custos de aquisição diferidos (variação)	12.091	-	12.091	(23.030)
8	Gastos administrativos	(519.487)	-	(519.487)	(478.110)
	Rendimentos	789.173	-	789.173	933.228
9	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	789.173	-	789.173	922.280
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
9	Outros	-	-	-	10.948
	Gastos financeiros	(224.953)	-	(224.953)	(320.262)
10	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	(48.873)	-	(48.873)	(88.482)
10	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	(119.902)	-	(119.902)	(181.880)
10	Outros	(56.178)	-	(56.178)	(49.900)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	149.742	-	149.742	79.631
11	De ativos disponíveis para venda	149.742	-	149.742	79.631
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Ganhos líquidos ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
12	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	(264)
	De ativos disponíveis para venda	-	-	-	(264)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-
13	Outras provisões (variação)	-	(21.751)	(21.751)	(1.901)
14	Outros rendimentos/gastos	-	11.604	11.604	23.081
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.159.782	(10.148)	1.149.635	1.253.429
23	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	(96.299)	(96.299)	(93.994)
23	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	(220.742)	(220.742)	(65.459)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.159.782	(327.189)	832.594	1.093.977

Técnico Oficial de Contas

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
ATIVO

(valores em euros)

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Exercício 31/12/13			Exercício 31/12/12	Exercício 1/1/2012
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido		
	<b>ATIVO</b>					
15; 25	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	184.636	-	184.636	744.236	2.539.291
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
	Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
16; 25	Ativos disponíveis para venda	1.476.364	-	1.476.364	3.357.420	4.056.436
17; 25	Empréstimos e contas a receber	-	-	-	4.634.913	9.205.541
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-	-
	Outros depósitos	-	-	-	4.634.913	9.205.541
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-	-
18; 25	Investimentos a deter até à maturidade	14.603.563	-	14.603.563	8.350.229	3.101.490
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-	-
19; 25	Outros ativos tangíveis	2.032.675	1.251.088	781.587	904.860	1.051.046
	Inventários	-	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-	-
20; 25	Outros ativos intangíveis	469.481	469.481	-	-	16.853
	Provisões técnicas de resseguro cedido	363.113	-	363.113	422.580	472.523
21; 25	Provisão para prémios não adquiridos	363.113	-	363.113	422.580	472.523
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	-	-	-	-	-
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-	-
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-
22; 25	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.735.885	26.003	2.709.882	2.672.643	2.803.961
	Contas a receber por operações de seguro direto	1.635.136	15.335	1.619.801	1.646.579	1.543.057
	Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	6.823
	Contas a receber por outras operações	1.100.749	10.668	1.090.081	1.026.064	1.254.080
23; 25	Ativos por impostos	418.971	-	418.971	585.409	682.850
	Ativos por impostos correntes	77.269	-	77.269	3.474	58.923
	Ativos por impostos diferidos	341.702	-	341.702	581.935	623.927
24; 25	Acréscimos e diferimentos	13.308	-	13.308	23.333	18.858
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-
	<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>22.297.996</b>	<b>1.746.578</b>	<b>20.551.424</b>	<b>21.695.623</b>	<b>23.948.848</b>

Técnico Oficial de Contas

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

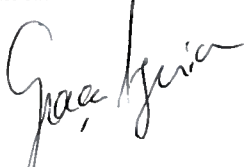
Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo

**N SEGUROS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA**  
**PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

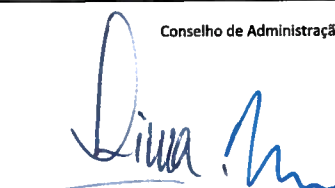
(Valores em euros)

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Exercício 31/12/13	Exercício 31/12/12	Exercício 1/1/2012
	<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
	<b>PASSIVO</b>			
	Provisões técnicas	11.829.709	14.129.167	17.090.991
21	Provisão para prémios não adquiridos	2.943.313	3.537.617	3.652.202
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-
	Provisão para sinistros	8.505.441	9.877.253	11.023.553
	De vida	-	-	-
21	De acidentes de trabalho	-	-	-
	De outros ramos	8.505.441	9.877.253	11.023.553
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-
21	Provisão para riscos em curso	380.955	714.297	2.415.237
	Outras provisões técnicas	-	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	-
	Outros passivos financeiros	9.000.000	9.000.000	9.000.000
26	Derivados de cobertura	9.000.000	9.000.000	9.000.000
	Passivos subordinados	-	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-
	Outros	-	-	-
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-
27	Outros credores por operações de seguros e outras operações	413.545	212.300	932.836
	Contas a pagar por operações de seguro direto	4.091	5.455	5.995
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	225.971	121.182	329.616
	Contas a pagar por outras operações	183.483	85.662	597.225
23	Passivos por impostos	348.748	269.831	251.677
	Passivos por impostos correntes	348.748	252.218	251.677
	Passivos por impostos diferidos	-	17.613	-
24	Acréscimos e diferimentos	1.783.828	1.699.231	1.660.440
	Outras Provisões	-	-	-
	Outros Passivos	-	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>23.375.830</b>	<b>25.310.529</b>	<b>28.935.943</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
28; 31	Capital	12.500.000	12.500.000	12.500.000
	Outros instrumentos de capital	2.500.000	2.500.000	2.500.000
	Reservas de reavaliação	(17.102)	23.414	(248.944)
28; 31	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	(17.102)	23.414	(248.944)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-	-
	Reserva por impostos diferidos	4.276	5.854	-
	Outras reservas	-	-	-
28; 31	Resultados transitados	(18.644.174)	(19.738.151)	(19.738.151)
28; 31	Resultado do exercício	832.594	1.093.977	-
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>(2.824.406)</b>	<b>(3.614.906)</b>	<b>(4.987.095)</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>20.551.424</b>	<b>21.695.623</b>	<b>23.948.848</b>

Técnico Oficial de Contas

  
 Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

  
 Virgílio Manuel Boavista Lima  
 António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
	Balanço em 31 de Dezembro de 2011	12.500.000	2.500.000	(248.944)	-	(16.521.508)	(2.880.223)	(4.650.675)
	Correções de erros (ver nota 34)	-	-	-	-	-	(336.420)	-
	Balanço de abertura alterado	12.500.000	2.500.000	(248.944)	-	(16.521.508)	(3.216.643)	(4.987.095)
28	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	272.358	-	-	-	272.358
	Aplicação do resultado	-	-	-	-	(3.216.643)	3.216.643	-
23	Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-
	Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	5.854	-	-	5.854
	Total das variações do capital próprio	-	-	272.358	5.854	(3.216.643)	3.216.643	278.212
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	1.093.977	1.093.977
	Balanço em 31 de Dezembro de 2012	12.500.000	2.500.000	23.414	5.854	(19.738.151)	1.093.977	(3.614.906)
28	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(40.516)	-	-	-	(40.516)
	Aplicação do resultado	-	-	-	-	1.093.977	(1.093.977)	-
23	Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-
	Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(1.578)	-	-	(1.578)
	Total das variações do capital próprio	-	-	(40.516)	(1.578)	1.093.977	(1.093.977)	(42.094)
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	832.594	832.594
	Balanço em 31 de Dezembro de 2013	12.500.000	2.500.000	(17.102)	4.276	(18.644.174)	832.594	(2.824.406)

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo

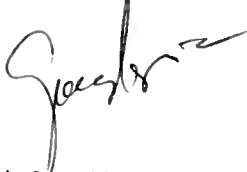
N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

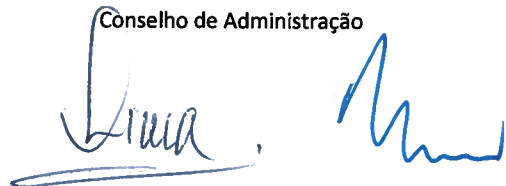
Notas do Anexo		2013	2012
	<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>		
28	Reserva do justo valor		
23	Ativos financeiros disponíveis para venda	(40.516)	272.358
	Impostos ativos financeiros disponíveis para venda	(1.578)	5.854
	Total outro rendimento integral do exercício depois de impostos	(42.094)	278.212
	Resultado líquido do exercício	832.594	1.093.977
	Total do rendimento integral do exercício	790.500	1.372.189

Técnico Oficial de Contas



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(valores em euros)

	2013	2012
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de prémios	11.513.912	12.019.806
Pagamentos de sinistros	(8.793.853)	(10.103.751)
Pagamentos de operações de resseguro	(1.200.247)	(1.560.554)
Pagamentos a fornecedores	(1.603.367)	(1.812.605)
Pagamentos ao pessoal	(1.160.550)	(974.970)
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre o rendimento	(73.883)	(29.115)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional	(164.136)	(93.999)
Fluxo das actividades operacionais	<u>(1.482.124)</u>	<u>(2.555.188)</u>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	20.761.435	24.309.575
Investimentos financeiros - DP	-	4.500.000
Juros e proveitos similares	866.812	730.496
Dividendos	-	8.648
	<u>21.628.247</u>	<u>29.548.719</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(20.459.437)	(28.532.840)
Activos tangíveis	(126.726)	(73.866)
Activos intangíveis	-	-
	<u>(20.586.164)</u>	<u>(28.606.706)</u>
Fluxo das actividades de investimento	<u>1.042.083</u>	<u>942.013</u>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(119.559)	(181.880)
	<u>(119.559)</u>	<u>(181.880)</u>
Fluxo das actividades de financiamento	<u>(119.559)</u>	<u>(181.880)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	(559.600)	(1.795.055)
Efeitos das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	744.236	2.539.291
Caixa e seus equivalentes no fim do período	184.636	744.236

Técnico Oficial de Contas

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo

## Notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

### 1. Informação Geral

Tendo obtido autorização do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) para explorar os ramos Não Vida a 13 de Dezembro de 2007, a N Seguros, S.A. ("N Seguros", "Companhia" ou "Seguradora") foi constituída a 28 de Dezembro de 2007 e iniciou a sua atividade a 1 de Fevereiro de 2008, através da exploração do ramo Automóvel por via de canais diretos, nomeadamente, por telefone e internet. Até 2011, a sua atividade incidiu, exclusivamente, na exploração deste ramo, através das modalidades Responsabilidade Civil, Veículos Terrestres e Pessoas Transportadas e, complementarmente, nos ramos Assistência e Proteção Jurídica. A partir do ano de 2012, a Companhia alargou a sua exploração para o ramo Acidentes e Doença com o intuito de diversificar a sua oferta e alargar a sua base de potenciais clientes.

Na sequência do processo de fusão por incorporação da Real Seguros, S.A. na Lusitania - Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por "Lusitania"), efetuada com referência a 31 de Dezembro de 2009, o capital da N Seguros passou a ser integralmente detido pela Lusitania.

Com sede na Zona Industrial da Maia I, Sector IX (Norte), Rua de João Moreira da Costa Maia - Lote 20, Moreira da Maia, a N Seguros encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o número de pessoa coletiva 508 310 334.

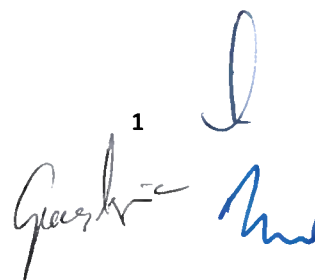
Em 2013, a produção do mercado segurador inverteu a tendência de contração verificada em anos anteriores. Os valores divulgados pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP) apontam para um volume total de negócio de 13,1 mil milhões de euros, o que representa um crescimento de 2,2 mil milhões e uma variação de 19,7%. No entanto, o crescimento verificado resultou, exclusivamente, do desempenho do ramo Vida, o qual apresentou um crescimento de 33,6%, fazendo com que este ramo atingisse valores superiores a 9 mil milhões de euros.

Em sentido inverso, os ramos Não Vida voltaram a apresentar uma contração significativa, atingindo, em 2013, uma variação negativa de, aproximadamente, 3,2%. Este comportamento foi muito semelhante ao verificado em 2012. No que se refere ao ramo Automóvel, no presente exercício assistimos a uma contração de cerca de 5,8%, menos 91 milhões de euros do que no ano anterior, representando uma redução superior às verificadas em 2011 e 2012.

Ao nível do "mercado direto", composto por 4 seguradoras (N Seguros, Seguro Directo, OK Teleseguros e Logo), em 2013, e de acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), o peso relativo no volume total de prémios Não Vida manteve-se ao nível do ano anterior, isto é, 2,6%, no entanto, no ramo Automóvel, assistimos a uma ligeira melhoria, passando estas empresas a representar 6,04% do mercado.

Em 2013, a quota de mercado da N Seguros manteve-se inalterada, quer nos ramos Não Vida (0,31%), quer ao nível do ramo Automóvel (0,72%). Quanto à sua quota no "mercado direto", esta sofreu uma ligeira redução face a 2012 (0,01%).

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de Março de 2014.





## **2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas**

### **2.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril e, subsequentemente, alterado pelas Normas n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de Dezembro e, ainda, de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este Plano de Contas, atualmente em vigor, introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor, tal como adotados na União Europeia, exceto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia opera sobre o princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

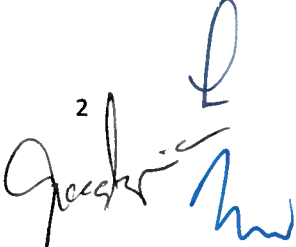
### **2.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas**

Em 2013, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2013. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 36. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

### **2.3. Novas normas e alterações existentes, que apesar de já estarem publicadas, apenas são de aplicação obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Janeiro de 2014 ou em data posterior**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 36.

2  


## **2.4 Principais políticas contabilísticas adotadas**

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

### **a) Reporte por segmentos**

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A N seguros é uma empresa de seguro direto que exerce a sua atividade nos segmentos de negócio automóvel, acidentes e doença.

Quanto ao segmento automóvel, a Companhia disponibiliza diversos produtos que se diferenciam quer pelo tipo de cliente a que se dirigem, quer pelas coberturas oferecidas.

Atendendo à definição de critérios de agregação prevista no parágrafo 12 da IFRS 8, as coberturas de “Responsabilidade Civil”, de subscrição obrigatória, e dos ramos “Pessoas Transportadas”, “Assistência em Viagem” e “Proteção Jurídica”, de subscrição facultativa, são alvo de tratamento integrado. Isto é, tendo em conta que a subscrição das coberturas facultativas depende da subscrição da cobertura de “Responsabilidade Civil”, a Companhia considera que a sua agregação contribui para uma análise mais objetiva.

O segmento acidentes e doença será apresentado separadamente.

### **b) Operações em moeda estrangeira**

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Europeia (UE) são convertidos para euros, utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao justo valor, são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

### c) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e sujeitos a testes de imparidade, de acordo com o estabelecido na IAS 16.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, por duodécimos, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2-12
Máquinas e ferramentas	4-10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4-10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, líquido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

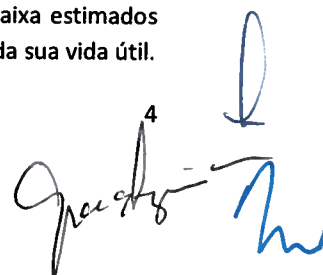
### d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base na seguinte taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a vida útil estimada dos ativos intangíveis:

- Despesas com aplicações informáticas - 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, líquido dos custos de venda, e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.



Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

#### **e) Ativos financeiros**

##### **i) Classificação**

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros detidos para negociação: adquiridos com o principal objetivo de serem transacionados e gerarem valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística. São reconhecidos ao justo valor, com a variação subsequente no seu justo valor a ser reconhecida nos resultados;
- Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas: esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subseqüentes no justo valor reconhecidas em resultados;
- Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;
- Ativos financeiros a deter até à maturidade: nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento. Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso;

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial;

- Empréstimos concedidos e contas a receber: os empréstimos e contas a receber incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, não admitidos a cotação num mercado ativo. São registados nesta categoria os depósitos a prazo em instituições de crédito.

ii) **Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento**

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas), (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, com exceção dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas) são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

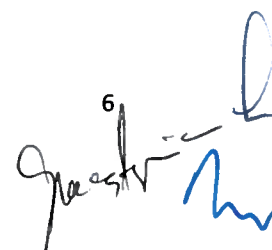
Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente mensurados ao justo valor, sendo as respetivas variações de valor reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos monetários disponíveis para venda (p.e. obrigações), o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre: (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados; (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira), por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial), conforme descrito no parágrafo acima.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais, prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, e técnicas de fluxos de caixa descontados, de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado (podendo recorrer, caso necessário, a entidades especializadas).

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

6  




#### **iv) Transferências entre categorias**

A revisão do IAS 39, datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos ativos obedeam às características de cada categoria, nomeadamente: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, se esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias.

#### **v) Imparidade**

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável cotados:

- uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses), em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição sistematicamente; ou
- uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);

A Companhia efetua, ainda, uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo e para títulos não cotados:

- existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para a conta de ganhos e perdas.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui e se verifica que o evento que gerou perda de imparidade deixe de existir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. No caso dos títulos de rendimento variável (ex. ações), as perdas por imparidade reconhecidas não são recuperáveis.

7  
Gomes

De referir que para os instrumentos financeiros em imparidade, qualquer desvalorização (face ao seu custo de aquisição líquido de perdas por imparidade já anteriormente reconhecidas) originará uma perda por imparidade adicional.

No que se refere aos ativos financeiros a deter até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são reconhecidos no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos ativos financeiros a deter até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

#### **f) Instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Caso a Companhia considere reduzido o custo/benefício desta “bifurcação”, reconhece o ativo como um todo ao justo valor, com as variações reconhecidas em resultados. Os derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados são reconhecidos, respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de Ganhos e Perdas e como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

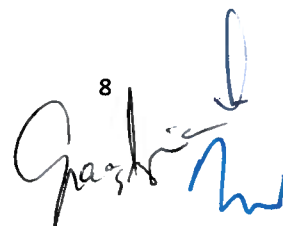
O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

#### **g) Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e, (ii) subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Os passivos financeiros incluem o empréstimo subordinado constituído junto da Lusitania, Companhia de Seguros, SA.

8  


#### **h) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### **i) Instrumentos de capital**

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proveitos, líquidos de imposto.

#### **j) Contratos de seguro**

Os contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo os quais a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este, por troca de um prémio, no caso de um acontecimento futuro incerto o afetar de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4.

Os contratos de seguro são reconhecidos e mensurados conforme a seguir indicado:

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados, essencialmente, pelos gastos por natureza imputados e, residualmente, por alguma remuneração contratualmente atribuída a mediadores pela angariação de contratos de seguro.

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos prémios ou renovação das respetivas apólices.

- **Ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa**

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal, em particular, o estabelecido na circular n.º 9/2008, de 27 de Novembro.



Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão refletidos na rubrica "Recibos por cobrar".

O ajustamento de créditos de cobrança duvidosa destina-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com exceção dos relativos a recibos de prémios por cobrar.

Os ajustamentos estão associados a um risco de incobrabilidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa. A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica, quer recorrendo posteriormente à via judicial.

- **Provisão para prémios não adquiridos**

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método "pro-rata temporis", por cada contrato em vigor. De acordo com a norma n.º. 19/94 do Instituto de Seguros de Portugal, o método "pro-rata temporis" é aplicado sobre os prémios comerciais acima citados, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com os referidos normativos, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

- **Provisão para sinistros**

Reconhece a estimativa efetuada das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais que possam ocorrer como consequência dos sinistros ocorridos e ainda não declarados naquela data (IBNR), nomeadamente as despesas de regularização de sinistros, calculadas com base nos dados históricos dos custos da função sinistros.

**Provisão para sinistros de automóvel**

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática também varia mediante a existência de danos corporais, e de acordo com a sua gravidade. Esta provisão pode ser revista, na sequência da análise de cada processo e ao longo da vida do sinistro, sofrendo os ajustamentos necessários de acordo com a informação recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

**Provisão para sinistros de Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas**

A provisão para sinistros do ramo Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas é estimada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que exista nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para sinistros é avaliada/validada ao longo do ano, através de técnicas atuariais universalmente aceites.

- **Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício. De acordo com o estipulado pelo Instituto de Seguros de Portugal, a provisão para riscos em curso é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de despesa e de cedência, deduzida do rácio de rentabilidade dos investimentos, seja superior a 1. O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes e dos prémios exigíveis ainda não emitidos relativos a contratos em vigor pela soma dos rácios deduzida de 1.

**l) Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, e as condições estipuladas nos contratos de resseguro em vigor.

**m) Imposto sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como, para prejuízos fiscais registados em exercícios anteriores e que sejam ainda reportáveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capaz de absorver as referidas diferenças.

## **n) Benefícios concedidos aos empregados**

### **i) Plano de benefícios pós-emprego**

No dia 23 de Dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato coletivo de trabalho (Novo CCT) entre a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), posteriormente publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 2, de 15 de Janeiro de 2012.

De acordo com o n.º 1 da cláusula 48ª do Novo CCT, “todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho”.

Tendo em conta o disposto na cláusula 49ª do Novo CCT, a Companhia efetuou e efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano Civil	Percentagem do ordenado base anual
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

A primeira contribuição anual do empregador para o plano individual de reforma verificar-se-á:

- Para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de Junho de 1995 e 31 de Dezembro de 2009 — no ano de 2012;
- Para os trabalhadores no ativo admitidos depois de 1 de Janeiro de 2010 — no ano seguinte àquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetivo na Companhia.

Este plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva a uma apólice de seguro de grupo. O plano individual de reforma deverá prever a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora, Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA. O novo plano de pensões (plano individual de reforma) passa a corresponder a um plano de contribuição definida em que a quantia dos benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados é determinada pela quantia de contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem sendo efetuadas.

## **ii) Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)**

Ao abrigo do Novo CCT, a respetiva cláusula 41ª contempla a obrigação da Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, sendo o primeiro pago em 2013, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após o Colaborador completar 50 anos de idade e, logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

As responsabilidades da Companhia com os prémios de permanência são reconhecidas como um gasto na conta de ganhos e perdas no exercício a que respeita.

## **iii) Benefícios de saúde (benefício de curto prazo)**

A Companhia concede um benefício de assistência médica anual aos colaboradores no ativo. Este benefício é reconhecido como um gasto na conta de ganhos e perdas no exercício a que respeita.

## **iv) Bónus de desempenho (benefício de curto prazo)**

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

## **v) Estimativa para férias e subsídio de férias (benefício de curto prazo)**

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

## **o) Reconhecimento de juros e dividendos**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

#### **p) Locações**

A Companhia classifica as operações de locação em locações financeiras ou operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras toda as operações em que os riscos e os benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro, que é debitado em resultados, e (ii) pela amortização financeira do capital, que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de automóveis.

#### **q) Provisões, ativos e passivos contingentes**

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o dispêndio futuro de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão deve corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, mas existindo a obrigação, teremos um passivo contingente, o qual será apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### **3. Principais estimativas contábilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados, pela Companhia, na aplicação dos princípios contábilísticos são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contábilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contábilísticas adotadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### **a) Provisões técnicas**

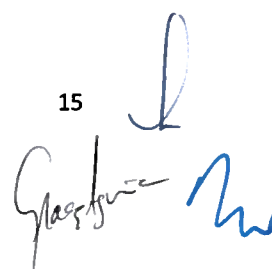
As responsabilidades presentes decorrentes de obrigações emanadas de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base o normativo existente e vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros (reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas) e (3) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia para o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, assim como, outros fatores. Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas. Para mais detalhes, ver a Nota 21.





## **b) Ativos financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

## **c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda**

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável cotados:

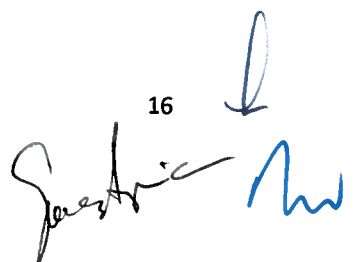
- uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses), em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou
- uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);

A Companhia efetua, ainda, uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo e para títulos não cotados:

- existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo corrigido, desde a última data em que perdas por imparidade foram reconhecidas, independentemente dos critérios referidos acima.



#### d) Imposto sobre lucros

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### 4. Reporte por segmentos

A N Seguros é uma empresa de seguro direto que celebra contratos à distância, utilizando como canais de distribuição a internet e o telefone e que exerce a sua atividade nos seguintes segmentos de negócio – automóvel, acidentes e doença.

Cada segmento integra um conjunto de “produtos” ou “opções”, os quais disponibilizam diferentes coberturas, garantias e/ou capitais, adaptados a vários públicos-alvo ou necessidades específicas de determinados nichos de mercado.

Em termos geográficos, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

O relato por segmentos da conta ganhos e perdas dos anos de 2013 e 2012 é apresentado nas tabelas seguintes:

RUBRICAS	(valores em euros)				
	2013				TOTAL
	Automóvel	Acidentes Pessoais	Doença	Não segmentado	
Prémios Adquiridos	12.115.169	1.890	5.967	-	12.123.026
Custos com sinistros	( 8.477.146)	( 69)	( 2.402)	-	( 8.479.617)
Outras provisões e gastos técnicos	332.387	955	-	-	333.342
Margem Técnica	3.970.409	2.777	3.565	-	3.976.751
Resultado de Resseguro Cedido	( 1.364.503)	-	-	-	( 1.364.503)
Margem Técnica Líquida	2.605.906	2.777	3.565	-	2.612.248
Custos de exploração	( 2.164.930)	( 356)	( 1.142)	-	( 2.166.428)
Resultado de Exploração	440.977	2.421	2.423	-	445.820
Resultado financeiro	713.995	( 4)	( 29)	-	713.962
Resultado Técnico	1.154.971	2.417	2.394	-	1.159.782
Outros Custos e Proveltos não Técnicos	-	-	-	( 10.148)	( 10.148)
Imposto s/Rendimento	-	-	-	( 317.040)	( 317.040)
Resultado Líquido do Exercício	1.154.971	2.417	2.394	( 327.188)	832.594



(valores em euros)

RUBRICAS	2012				TOTAL
	Automóvel	Acidentes Pessoais	Doença	Não segmentado	
Prémios Adquiridos	12.242.520	196	330	-	12.243.047
Custos com sinistros	( 10.041.577)	( 670)	( 65)	-	( 10.042.312)
Outras provisões e gastos técnicos	1.701.895	( 955)	-	-	1.700.940
Margem Técnica	3.902.838	( 1.429)	265	-	3.901.675
Resultado de Resseguro Cedido	( 1.408.886)	-	-	-	( 1.408.886)
Margem Técnica Líquida	2.493.952	( 1.429)	265	-	2.492.789
Custos de exploração	( 1.952.761)	( 42)	( 69)	-	( 1.952.872)
Resultado de Exploração	541.191	( 1.471)	196	-	539.917
Resultado financeiro	692.225	91	18	-	692.334
Resultado Técnico	1.233.416	( 1.380)	214	-	1.232.251
Outros Custos e Proveitos não Técnicos	-	-	-	21.179	21.179
Imposto s/Rendimento	-	-	-	( 159.453)	( 159.453)
Resultado Líquido do Exercício	1.233.416	( 1.380)	214	( 138.274)	1.093.977

### 5. Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

No ano de 2013, os prémios brutos emitidos de seguro direto registaram o valor de 11.540.813 euros, o que representa uma diminuição de 4,7% face ao exercício transato.

Nos quadros abaixo, apresentam-se os valores dos prémios adquiridos líquidos de resseguro, com detalhe por ramo, para os exercícios de 2013 e 2012.

(valores em euros)

2013	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
Seguro Direto						
Acidentes Pessoais	2.006	( 115)	1.890	-	-	1.890
Doença	6.540	( 573)	5.967	-	-	5.967
Automóvel	9.968.503	526.143	10.494.646	( 86.349)	-	10.408.297
Responsabilidade Civil	7.845.817	168.054	8.013.871	( 86.349)	-	7.927.522
Outras coberturas	2.122.686	358.089	2.480.775	-	-	2.480.775
Protecção jurídica	322.086	15.031	337.118	-	-	337.118
Assistência	1.241.678	41.728	1.283.405	( 1.218.687)	( 59.467)	5.251
Total	11.540.813	582.213	12.123.026	( 1.305.036)	( 59.467)	10.758.523

(valores em euros)

2012	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
Seguro Direto						
Acidentes Pessoais	460	( 264)	196	-	-	196
Doença	750	( 419)	331	-	-	331
Automóvel	10.530.009	139.165	10.669.174	( 86.234)	-	10.582.940
Responsabilidade Civil	7.991.243	( 10.483)	7.980.760	( 86.234)	-	7.894.526
Outras coberturas	2.538.766	149.648	2.688.414	-	-	2.688.414
Protecção jurídica	334.300	1.639	335.939	-	-	335.939
Assistência	1.239.913	( 2.507)	1.237.406	( 1.272.709)	( 49.943)	( 85.245)
Total	12.105.432	137.614	12.243.046	( 1.358.943)	( 49.943)	10.834.161

A taxa de cedência de prémios de resseguro foi, em 2013, de 11,3% (em 2012 era de 11,2%).

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## 6. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Na tabela seguinte são analisados os custos com sinistros, líquidos de resseguro, para os anos de 2013 e 2012:

	(valores em euros)	
	2013	2012
Montantes pagos	9.901.412	11.004.731
Montantes Brutos	9.901.412	11.004.731
Parte dos resseguradores	-	-
Provisão para sinistros	( 1.421.795)	( 962.419)
Montante bruto	( 1.421.795)	( 962.419)
Parte dos resseguradores	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	8.479.617	10.042.312

O valor dos custos imputados à função de sinistros (que se encontra acima incluído na rubrica de Montantes Pagos) foi de 1.153.291 euros, em 2013, e 1.051.436 euros, em 2012.

O quadro seguinte mostra o detalhe, por ramo, dos custos com sinistros para os exercícios de 2013 e 2012:

	(valores em euros)	
	2013	2012
Montantes Pagos	9.901.412	11.004.731
Acidentes Pessoais	670	40
Doença	2.310	65
Automóvel	9.742.162	10.867.895
Responsabilidade Civil	7.863.914	8.350.147
Outras coberturas	1.878.248	2.517.748
Proteção jurídica	32.187	29.036
Assistência	124.083	107.694
Provisão para Sinistros	( 1.421.795)	( 962.419)
Acidentes Pessoais	( 601)	630
Doença	92	-
Automóvel	( 1.421.285)	( 963.049)
Responsabilidade Civil	( 1.097.855)	( 353.183)
Outras coberturas	( 323.430)	( 609.866)
Proteção jurídica	-	-
Assistência	-	-
Total	8.479.617	10.042.312

Apresenta-se, agora, a informação quantitativa acerca do rácio de sinistralidade, rácio de despesas, rácio combinado e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos):

	2013	2012	Variação
Prémios Adquiridos	12.123.026	12.243.047	( 120.021)
Custos com sinistros SD	7.326.326	8.990.877	( 1.664.551)
Custos imputados função sinistros	1.153.291	1.051.436	101.856
Custos de exploração	2.166.427	1.952.872	213.555
Prémios de Resseguro	1.305.036	1.358.943	( 53.907)
Rendimentos e Ganhos	938.915	1.012.859	( 73.944)
Resultado técnico	1.159.782	1.232.250	( 72.468)
(1) Rácio de sinistralidade	60,43%	73,44%	-13,0%
(2) Rácio de despesas	27,38%	24,54%	2,8%
(3) Rácio combinado	90,84%	100,80%	-10,0%
(4) Rácio operacional	9,57%	10,06%	-0,5%

## 7. Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

O montante de 333 milhares de euros negativos reconhecidos nesta rubrica correspondem à variação da provisão para riscos em curso (libertação da provisão). Em 2012 a variação da provisão foi de 1.701 milhares de euros negativos.

## 8. Custos e gastos de exploração líquidos

Abaixo se apresentam os custos e gastos de exploração líquidos:

	(valores em euros)	
	2013	2012
Custos de aquisição		
Custos imputados	1.659.032	1.451.732
Custos de aquisição diferidos (variação)	( 12.091)	23.030
Total de custos de aquisição	1.646.941	1.474.763
Custos administrativos		
Custos imputados	519.487	478.110
Total de custos administrativos	519.487	478.110
Custos e gastos de exploração líquidos	2.166.427	1.952.872

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indiretos) e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, pelas funções de Aquisição, Administrativa, Sinistros e Gestão dos investimentos.

A metodologia de imputação utilizada no exercício de 2013 não sofreu alterações face ao exercício anterior.

Para o ano de 2013, os custos por natureza imputados distribuem-se da seguinte forma pelas várias funções:

2013 (valores em euros)					
Descrição	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total
Custos com pessoal	330.902	274.788	598.966	10.701	1.215.358
Fornecimento e serviços externos	1.147.123	181.840	417.311	6.677	1.752.950
Impostos e Taxas	112.941	6.334	13.807	247	133.329
Depreciações do exercício	68.066	56.524	123.207	2.201	249.999
Juros suportados	-	-	-	119.902	119.902
Comissões	-	-	-	36.352	36.352
Total	1.659.032	519.487	1.153.291	176.080	3.507.890

2012 (valores em euros)					
Descrição	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total
Custos com pessoal	272.185	226.029	492.683	8.803	999.700
Fornecimento e serviços externos	1.010.732	191.789	427.333	6.113	1.635.967
Impostos e Taxas	104.313	6.728	14.665	262	125.968
Depreciações do exercício	64.502	53.564	116.755	2.086	236.906
Juros suportados	-	-	-	181.880	181.880
Comissões	-	-	-	32.636	32.636
Total	1.451.732	478.110	1.051.436	231.780	3.213.058

## Custos com pessoal

Abaixo apresenta-se a decomposição da rubrica dos Custos com Pessoal:

	(valores em euros)	
CUSTOS COM PESSOAL	2013	2012
Remunerações:		
Órgãos Sociais	13.530	78.545
Pessoal	915.839	711.420
Encargos sobre remunerações	198.561	156.498
Benefícios de cessação de emprego	-	-
Seguros obrigatórios	18.727	16.763
Gastos de ação social	22.583	27.411
Gastos com formação	33.707	336
Outros gastos com pessoal	8.741	7.658
Outros benefícios de longo prazo dos empregados	3.672	1.069
Total	1.215.358	999.700

O Conselho de Administração é composto por 2 elementos com funções executivas (Virgílio Manuel Boavista Lima e António Paulo Silva Gonçalves Raimundo), os quais não recebem qualquer remuneração pelos cargos exercidos, conforme detalhe das remunerações atribuídas na nota 29. Em 2013, os honorários dos revisores oficiais de contas foram lançados em fornecimento de serviços externos.

No final de 2013, a Companhia tinha ao seu serviço 60 trabalhadores (em 2012 eram 49), distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro abaixo:

	2013	2012
Direção	1	1
Chefias não comerciais	5	4
Técnicos	4	4
Comerciais	1	-
Administrativos	49	40
Número médio de trabalhadores	60	49

O incremento no número de colaboradores deve-se, conforme anteriormente referido, à integração nos quadros da empresa de colaboradores que estavam em regime de *outsourcing*.

### Plano de benefícios pós-emprego (Novo CCT) – Contribuição definida

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo dos Trabalhadores do Setor Segurador, cujo texto foi publicado no BTE nº2, de 15 Janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores. A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos trabalhadores que cumprem a regra referida acima.

O referido plano foi constituído junto da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA., através de uma apólice de seguro de grupo denominada Plano Individual de Reforma (PIR), a qual garante o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade Companhia, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012.

O montante das contribuições efetuadas no exercício de 2013 ascendeu a 3.672 euros.

## Fornecimento e serviços externos

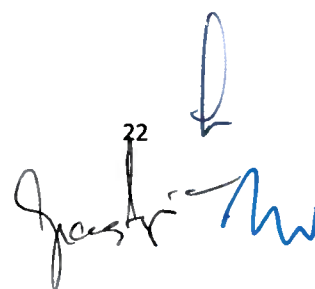
A desagregação por natureza é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	2013	2012
Fornecimentos e Serviços Externos:		
Eletricidade	24.463	21.712
Combustíveis	5.079	4.986
Água	760	631
Impressos	6.803	7.215
Material de escritório	5.444	17.359
Livros e documentação técnica	208	173
Conservação e reparação	9.980	9.873
Rendas e alugueres	167.173	142.556
Despesas de representação	1.914	739
Comunicação	196.866	175.807
Deslocações e estadas	10.959	10.112
Seguros	6.047	6.047
Custos com trabalho independente	-	-
Publicidade e propaganda	790.866	662.215
Limpeza, higiene e conforto	9.426	8.132
Contencioso e notariado	380	220
Vigilância e segurança	34.096	34.096
Trabalhos especializados	342.919	415.433
Quotizações da atividade	25.185	26.223
Gastos com cobrança de prémios	114.384	92.438
Total	1.752.950	1.635.967

## Outros custos de estrutura

A decomposição dos restantes custos de estrutura é a seguinte:

	(valores em euros)	
	2013	2012
Taxa para o ISP	27.929	29.295
Taxa - Responsabilidade Civil Automóvel	105.313	96.212
Outros	88	462
Impostos e taxas	133.329	125.968
Ativos intangíveis (Nota 20)	-	16.853
Outros ativos tangíveis (Nota 19)	249.999	220.053
Depreciações e amortizações do exercício	249.999	236.906
Juros do empréstimo subordinado	119.902	181.880
Juros suportados	119.902	181.880
Comissões	36.352	32.636
Total	539.582	577.391

22  


## 9. Rendimentos

Os rendimentos por categorias de ativos financeiros são analisados como segue:

(valores em euros)			
2013			
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável	-	-	-
Títulos de rendimento fixo	730.467	-	730.467
Empréstimos concedidos e contas a receber	58.706	-	58.706
Total	789.173	-	789.173

(valores em euros)			
2012			
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável	-	10.948	10.948
Títulos de rendimento fixo	671.239	-	671.239
Empréstimos concedidos e contas a receber	251.041	-	251.041
Total	922.280	10.948	933.228

## 10. Gastos financeiros

Na rubrica de gastos financeiros estão registados a (i) amortização à taxa efetiva dos títulos de rendimento fixo em carteira no valor de 48.873 euros (2012: 88.482 euros) e (ii) custos imputados à função investimentos no valor de 176.080 euros (2012: 231.780 euros), dos quais 119.902 euros são juros do empréstimo subordinado (2012: 181.880 euros) (Ver nota 8).

## 11. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2013 e 2012, como segue:

(valores em euros)			
2013			
	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	156.613	( 6.871)	149.742
Instrumentos de capital e unidades de participação	99.968	( 5.443)	94.525
Títulos da dívida	56.645	( 1.428)	55.217

(valores em euros)			
2012			
	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	154.205	( 74.574)	79.631
Instrumentos de capital e unidades de participação	101.411	( 72.232)	29.179
Títulos da dívida	52.794	( 2.342)	50.452

## 12. Perdas de imparidade, líquidas de reversão

As perdas de imparidade, líquidas de reversões, reconhecidas nos anos de 2013 e 2012, desagregam-se como segue:

	(valores em euros)	
	2013	2012
De ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	( 264)
Títulos da dívida	-	-
Total	-	( 264)

Segue-se informação respeitante às imparidades, em 2013:

Categoria de Investimento	Nome do Título	ISIN	Imparidade a 31/12/2012	Reforço do Ano	Libertação de Imparidades*	Saldo de imparidade a 31/12/2013
UPFIM	BPI UNIVERSAL LUX	LU0220378623	( 264)	-	264	-
Total			( 264)	-	264	-

\* Libertação de Perdas por imparidade por alienação de ativos

No quadro seguinte encontram-se registados os movimentos ocorridos em 2012 nos títulos que registaram imparidade:

Categoria de Investimento	Nome do Título	ISIN	Imparidade a 31/12/2011	Reforço do Ano	Libertação de Imparidades*	Saldo de imparidade a 31/12/2012
Ações	BRISA	PTBRIOAM0000	( 9.800)	-	9.800	-
Ações	SONAE SGPS (NOM)	PTSON0AM000	( 23.733)	-	23.733	-
Ações	TELEFONICA	ES0178430E18	( 15.690)	-	15.690	-
Ações	GAS NATURAL SDG	ES0116870314	( 6.313)	-	6.313	-
UPFIM	BPI BRASIL VALOR	PTYPIYHM0012	( 15.208)	-	15.208	-
UPFIM	BPI UNIVERSAL LUX ( LU0220378623		-	( 264)	-	( 264)
Total			( 70.744)	( 264)	70.744	( 264)

\* Libertação de Perdas por imparidade por alienação de activos

## 13. Outras provisões (variação)

Em 2013 foi efetuado um reforço na rubrica de Ajustamentos de recibos por cobrar no valor de 11.083 euros, sendo o seu saldo final de 15.335 euros (em 2012 a variação foi de 1.901 euros, com saldo de 4.252 euros).

No exercício de 2013 foi registado o valor de 10.668 euros em Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa.



#### 14. Outros rendimentos/gastos

A rubrica Outros rendimentos/gastos teve, em 2013 e 2012, a seguinte composição:

	2013	2012
Multas não fiscais	( 30)	( 289)
Multas fiscais	-	( 250)
Outros gastos	( 9.597)	( 3.500)
Outros gastos e perdas financeiras	( 12.257)	( 7.732)
Outros gastos	( 21.884)	( 11.771)
Outros	33.472	34.799
Outros rendimentos e ganhos financeiros	16	53
Outros rendimentos	33.488	34.852
Outros rendimentos/(gastos)	11.604	23.081

A variação da rubrica Outros gastos deveu-se, essencialmente, ao aumento verificado em Outros gastos e perdas financeiras com o custo de emissão de cartas-cheque.

Em Outros rendimentos –“Outros”, encontram-se registados 33.200 euros decorrentes da partilha de receitas dos números 707 com a empresa AR Telecom, S.A. (valor da receita em 2012: 28.489 euros).

#### 15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo de Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	(valores em euros)	
	2013	2012
De ativos financeiros disponíveis para venda		
Caixa	2.199	83
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	182.437	744.153
Total	184.636	744.236

#### 16. Ativos disponíveis para venda

O saldo desta rubrica, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é analisado como segue:

	(valores em euros)				
2013	Custo amortizado	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1.045.527	7.264	-	21.801	1.074.592
De emissores públicos	-	-	-	-	-
De outros emissores	1.045.527	7.264	-	21.801	1.074.592
Outros títulos de rendimento variável	400.000	-	-	1.772	401.772
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1.445.527	7.264	-	23.573	1.476.364
	Nível I	Nível II	Nível III	Custo de aquisição	Total
Dos quais:					
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	-	-	-	-	-
De outros emissores	1.074.592	-	-	-	1.074.592
	1.074.592	-	-	-	1.074.592
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	-	401.772	-	-	401.772
	1.074.592	401.772	-	-	1.476.364

*Guarise*  
*lw*



(valores em euros)					
2012	Custo amortizado	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1.824.030	24.679	-	35.221	1.883.930
De emissores públicos	376.036	4.968	-	( 8.666)	372.338
De outros emissores	1.447.994	19.711	-	43.887	1.511.592
Otros títulos de rendimento variável	1.415.109		( 264)	58.645	1.473.490
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	3.239.139	24.679	( 264)	93.866	3.357.420
Dos quais:	Nível I	Nível II	Nível III	Custo de aquisição	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	372.338	-	-	-	372.338
De outros emissores	1.511.592	-	-	-	1.511.592
	1.883.930	-	-	-	1.883.930
Otros instrumentos de capital e unid. Participação	1.473.490		-	-	1.473.490
	3.357.420	-	-	-	3.357.420

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

O montante da reserva de reavaliação ao justo valor em 31 de Dezembro de 2013 é de 23.573 euros. Este valor não reconcilia diretamente com a reserva de reavaliação ao justo valor dos ativos financeiros detidos para venda incluídos no capital próprio (valor registado negativo de 17.102 euros). O diferencial, no valor negativo de 40.675 euros, é decorrente de uma operação de reclassificação de ativos financeiros inicialmente classificados como disponíveis para venda para a categoria de ativos a deter até a maturidade, em 2011. Esta reclassificação fixou o valor registado na reserva de reavaliação ao justo valor dos ativos que foram reclassificados, e que irá ser amortizado até à maturidade de todos os títulos reclassificados (ver Nota 18).

O Anexo 1 às notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras apresenta informação detalhada relativa ao inventário de participações sociais e outros ativos financeiros.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 12.

As principais contribuições para a reserva de justo valor, com referência a 31 de Dezembro de 2013, podem ser analisadas como segue:

(valores em euros)					
Título	Custo amortizado	Juro decorrido	Reserva de justo valor		Valor de balanço
			Positiva	Negativa	
BANCO ESPIRITO SANTO SA5.875%-09.11.2015	199.586	1.674	9.152	-	210.412
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-TV-23.07.2018	39.935	409	1.565	-	41.909
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS 5.625%-04.12.15	506.147	2.080	20.733	-	528.960
PARPUBLICA-3.567% (22.09.2020)	252.732	2.932	-	9.522	246.142
SEMAPA - TV (20.04.2016)	47.127	169	-	127	47.169
FUNDO MONTEPIO TESOURARIA	400.000	-	1.772	-	401.772
Total	1.445.527	7.264	33.222	9.649	1.476.364

## 17. Empréstimos e contas a receber

Esta rubrica é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	2013	2012
Depósitos a prazo e equivalentes:		
Capital		
Banco Montepio Geral (MG)	-	4.500.000
Juro	-	134.913
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4.634.913</b>

## 18. Investimentos a deter até à maturidade

Na sequência da publicação da Norma Regulamentar nº 4/2011, do ISP, a qual veio alterar as regras de cálculo da solvência anteriormente instituídas pela Norma Regulamentar nº 6/2007, do ISP, a Companhia decidiu proceder à reclassificação de 29 obrigações, classificadas como ativos disponíveis para venda, para a classificação ativos a deter até à maturidade, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2011. Em 31 de dezembro de 2013 ainda se encontram em carteira 14 obrigações.

À data da reclassificação, a Companhia tinha intenção e capacidade de deter os referidos títulos até à maturidade.

Após a reclassificação daqueles ativos, o valor dos investimentos detidos até à maturidade tem vindo a aumentar, detendo a Companhia, à data de 31 de dezembro de 2013, o valor de 14.603.563 euros neste tipo de ativos. Do montante total de investimentos com esta classificação, 1.375.824 euros dizem respeito a ativos reclassificados no exercício de 2011.

No decorrer do exercício o de 2013 foi reforçado o investimento neste tipo de títulos.

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade em 31 de Dezembro de 2013:

	31-12-2013					(Valores em Euro)
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Alisamento (P/L)	Juro Decorrido	Valor Balanço
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>						
<b>De emissões públicas</b>						
OT - 3.35% (15.10.2015)	100.000	100.035	96.027	2.152	707	96.734
OT - 4.375% JUNHO - 2003 / 2014	167.000	169.071	161.806	10.796	3.963	165.770
OT-3.6%-15.10.2014	200.000	201.700	197.253	3.427	1.519	198.772
OT-4.45%-15.06.2018	100.000	97.690	92.728	1.557	2.426	95.154
OT-4.8%-15.06.2020	90.000	85.109	81.651	1.221	2.355	84.007
OT 5,45% 9/2013 (1)				11.644		
<b>De outros emissores</b>						
BANCO COMERCIAL PORT.-9.25%-13.10.2014	300.000	314.940	308.901	( 5.512)	6.006	314.907
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-TV-09.05.2014	80.000	79.190	77.600	6.409	42	77.642
BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018	500.000	508.515	493.692	1.086	22.774	516.466
BCP - 5.625% - 23.04.2014	100.000	100.966	100.169	( 549)	3.884	104.053
BES-5.625%-05.06.2014	400.000	405.120	398.151	4.192	12.884	411.034
BRISA - 4.5% - 05.12.2016	350.000	364.186	355.291	( 786)	1.122	356.413
BRISA CONCESSAO ROD.-6.25%-05.12.2014	200.000	204.000	203.323	( 2.786)	868	204.191
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-8%-28.09.2015	650.000	705.965	665.616	( 9.169)	13.392	679.008
PORTUGAL SA-5.375%-15.05.2020	600.000	637.212	612.516	( 462)	4.031	616.548
PORTUGAL TELECOM SGPS,SA-6.25%-2016	200.000	214.570	210.007	( 3.083)	5.347	215.355
REN-REDES ENERG.NAC.-4.125%-31.01.2018	200.000	205.294	203.110	( 347)	7.549	210.659
SEMAPA-6.85%-30.03.2015	250.000	259.375	256.739	( 3.773)	4.281	261.020
CRITERIA CAIXA CORP.-4.125%-20.11.2014	100.000	102.633	99.377	697	463	99.841
EDP FINANCE BV - 3.75% (22.06.2015)	100.000	102.579	98.305	1.134	1.973	100.277
EDP FINANCE BV-3.25%-16.03.2015	100.000	101.481	97.616	1.934	2.582	100.198
EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020	700.000	739.207	701.717	( 55)	10.284	712.001
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000	108.662	94.289	1.351	3.820	98.109
IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016	50.000	53.039	48.736	446	379	49.115
MONTE DEI PASCHI SIENA-4.75%-30.04.2014	100.000	100.156	100.290	( 888)	3.188	103.479
PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	880.000	921.536	890.573	( 1.085)	6.871	897.444
RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016	100.000	105.850	98.944	379	815	99.759
REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	200.000	207.208	200.293	( 10)	1.952	202.245
BES-TV-2013 (1)				1.182		
PARPUB-3.5% 2013 (1)				3.989		
EFF HEL-4.375%13 (1)				1.237		
PT INT F-6%-2013 (1)				( 667)		
BES - 3.875% - 21/JAN2015	800.000	794.400	796.959		29.216	826.176
REN - 4.125% - 31/JAN2018	700.000	701.400	701.152		26.423	727.575
CEMG 4% - 150521015	4.500.000	4.500.000	4.500.000		22.500	4.522.500
MARTIFER SGPS SA 7ª 11/09/2013 - 10/03/2014	700.000	700.000	700.000		13.688	713.688
RAPORAL SA 5ª 04/03/2013 - 27/02/2014	100.000	100.000	100.000		4.662	104.662
VIBEIRA TURISMO SA 9ª 29/05/2013 - 21/05/2014	200.000	188.814	195.427	6.613		195.427
ROLEAR MAIS 14ª 24-04-2014	150.000	140.025	146.791	6.766		146.791
ROLEAR MAIS 13ª 22/04/2013 - 22/01/2014	100.000	94.953	99.577	4.623		99.577
BIAL - PORTELA & CA SA 1ª 03-10-2013 - 01-04-2014	200.000	194.092	196.969	2.877		196.969
<b>Total</b>	<b>14.367.000</b>	<b>14.608.972</b>	<b>14.381.596</b>	<b>46.541</b>	<b>221.967</b>	<b>14.603.563</b>

(1) Estes títulos atingiram a sua maturidade no decorrer do ano de 2013.

*Gaspar*

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade em 31 de Dezembro de 2012:

	(Valores em Euro)					
	31-12-2012					
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Alisamento (P/L)	Juro Decorrido	Valor Balanço
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>						
<b>De emissões públicas</b>						
OT - 4.375% JUNHO - 2003 / 2014	167.000	169.046	151.010	6.348	3.963	154.973
OT - 3.35% (15.10.2015)	100.000	98.260	93.875	2.109	707	94.582
OT - 5.45% - SETEMBRO - 1998/2013	330.000	335.115	318.356	15.096	4.878	323.234
OT-3.6%-15.10.2014	200.000	200.550	193.826	3.377	1.519	195.345
OT-4.45%-15.06.2018	100.000	92.750	91.171	1.535	2.426	93.597
OT-4.8%-15.06.2020	90.000	80.055	80.430	1.206	2.355	82.785
OT - 5% - JUNHO - 2002/2012 (1)				4.562		
BILHETES DO TESOURO-CZ-17.02.2012 (1)				1.621		
<b>De outros emissores</b>						
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-TV-09.05.2014	80.000	74.850	71.191	5.895	40	71.231
BES-5.625%-05.06.2014	400.000	403.760	393.958	4.042	12.884	406.842
BES-TV-25.02.2013	100.000	99.585	98.818	7.390	116	98.934
PARPUBLICA - 3.5% - 08.07.2013	250.000	246.875	246.011	4.838	4.219	250.230
BCP - 5.625% - 23.04.2014	100.000	100.660	100.718	(84)	3.884	104.602
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-8%-28.09.2015	650.000	700.765	674.784	(3.491)	13.392	688.176
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-3.25%-27.7.2012 (1)				1.160		
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-TV.(03.05.2012) (1)				2.386		
BANCO BPI-3% OB.HIP.SR.6-17.07.09/12 (1)				1.552		
BANCO BPI-TX.VAR.-25.01.2010/2012 (1)				362		
CRITERIA CAIXA CORP.-4.125%-20.11.2014	100.000	100.155	98.681	4.187	463	99.144
EDP FINANCE BV - 3.75% (22.06.2015)	100.000	100.312	97.171	1.362	1.973	99.144
EDP FINANCE BV-3.25%-16.03.2015	100.000	100.025	95.682	694	2.582	98.264
EFG HELLAS PLC-4.375%-11.02.2013	100.000	98.500	98.763	1.124	3.873	102.636
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000	105.866	92.938	1.901	3.821	96.759
IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016	50.000	52.320	48.290	10.150	379	48.669
MONTE DEI PASCHI SIENA-4.75%-30.04.2014	100.000	100.217	101.179	1.335	3.188	104.367
PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	80.000	80.100	73.713	443	625	74.338
PORTUGAL TELECOM INT FIN-6%-30.04.2013	100.000	101.075	100.667	(899)	4.027	104.694
RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016	100.000	103.982	98.565	(2.061)	815	99.380
ALPHA CREDIT GROUP-3.875%-17.09.2012 (1)				878		
BANIF FINANCE(CAY)-TV-05.22.2012 (1)				378		
ELECTRICIDADE DOS AÇORES, SA 1º 21/06/2012 - 14/06/2013	2.200.000	2.200.000	2.200.000		85.085	2.285.085
MARQUES DISTRIBUIÇÃO SGPS SA 16ª 06/11/2012 - 06/03/2013	500.000	500.000	500.000		4.779	504.779
ELECTRICIDADE DOS AÇORES, SA 8ª 20/08/2012 - 18/02/2013	400.000	400.000	400.000		9.773	409.773
A SILVA & SILVA - 4ª 19/09/2012 - 19/03/2013	300.000	300.000	300.000		5.564	305.564
MARTIFER. SGPS SA 17/09/2012 - 15/03/2013	300.000	300.000	300.000		5.681	305.681
RAPORAL - 4ª 08/03/2012 - 04/03/2013	100.000	100.000	100.000		5.431	105.431
VISABEIRA TURISMO, SGPS SA 7ª 29/05/2012 - 21/05/2013	250.000	234.324	243.564	9.240		243.564
CELTEJO - EMP CELULOSE DO TEJO 6ª 11/10/2012 - 14/01/2013	400.000	394.507	399.181	4.674		399.181
CELB - CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL, SA 6ª 11/10/2012 - 14/01/2013	150.000	147.940	149.693	1.753		149.693
ROLEAR MAIS 9ª 23/04/2012 - 21/01/2013	150.000	141.720	149.552	7.832		149.552
<b>Total</b>	<b>8.247.000</b>	<b>8.263.314</b>	<b>8.161.789</b>	<b>102.893</b>	<b>188.441</b>	<b>8.350.229</b>

(1) Estes títulos atingiram a sua maturidade no decorrer do ano de 2012.

## 19. Outros ativos tangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2013 são analisados como segue:

RUBRICAS	(valores em euros)								
	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo - Mobiliário	203.860	127.406	-	-	-	-	25.482	-	50.971
Máquinas e ferramentas - Aparelhos e máquinas elétricas	22.417	14.412	-	-	-	-	2.669	-	5.337
Equipamento informático - Computadores	79.582	65.916	37.634	-	-	-	20.103	-	31.196
Instalações interiores - Obras diversas	1.542.850	771.430	-	-	-	-	154.285	-	617.135
Programas de computador	53.300	17.985	89.092	-	-	-	47.460	-	76.948
Equipamento informático	3.940	3.940	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.905.949	1.001.089	126.726	-	-	-	249.999	-	781.58

Em 2013 foram adquiridos ativos tangíveis no valor de 126.726 euros, tendo sido mantidos os critérios para o cálculo das depreciações no exercício.

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2013 e 2012 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

## 20. Outros ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2013 são analisados como segue:

(valores em euros)									
RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas com aplicações informáticas - Software Informático	469.481	469.481	-	-	-	-	-	-	-
Total	469.481	469.481	-	-	-	-	-	-	-

O ativo intangível encontra-se totalmente amortizado, e não foram registados quaisquer movimentos nesta rubrica no exercício de 2013.

## 21. Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido

De seguida, apresenta-se a descrição da decomposição das provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido para os exercícios de 2013 e 2012:

	2013			2012		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	2.943.313	363.113	2.580.200	3.537.617	422.580	3.115.037
Provisão para sinistros	8.505.441	-	8.505.441	9.877.253	-	9.877.253
Provisão para riscos em curso	380.955	-	380.955	714.297	-	714.297
Total	11.829.709	363.113	11.466.596	14.129.167	422.580	13.706.587

### Provisão para prémios não adquiridos

De seguida, apresenta-se o detalhe, por ramo, da Provisão para Prémios Não Adquiridos e dos Custos de Aquisição Diferidos, para os exercícios de 2013 e 2012.

	2013			2012		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Prémios não adquiridos	3.437.460	363.113	3.074.347	4.019.673	422.580	3.597.093
Acidentes Pessoais	380	-	380	264	-	264
Doença	993	-	993	419	-	419
Automóvel	2.970.157	-	2.970.157	3.496.300	-	3.496.300
Protecção Jurídica	95.967	-	95.967	110.998	-	110.998
Assistência	369.963	363.113	6.850	411.691	422.580	( 10.889)
Custos de aquisição diferidos	( 494.147)	-	( 494.147)	( 482.055)	-	( 482.055)
Acidentes Pessoais	( 55)	-	( 55)	( 32)	-	( 32)
Doença	( 143)	-	( 143)	( 50)	-	( 50)
Automóvel	( 426.970)	-	( 426.970)	( 419.290)	-	( 419.290)
Protecção Jurídica	( 13.796)	-	( 13.796)	( 13.311)	-	( 13.311)
Assistência	( 53.183)	-	( 53.183)	( 49.372)	-	( 49.372)
Total	2.943.313	363.113	2.580.200	3.537.617	422.580	3.115.037

## Provisão para sinistros

A Provisão para Sinistros decompõe-se, por ramos, a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, de acordo com o quadro seguinte:

	(valores em euros)					
	2013			2012		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para sinistros						
Acidentes Pessoais	29	-	29	630	-	630
Doença	92	-	92	-	-	-
Automóvel	8.505.320	-	8.505.320	9.876.623	-	9.876.623
Proteção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>8.505.441</b>	<b>-</b>	<b>8.505.441</b>	<b>9.877.253</b>	<b>-</b>	<b>9.877.253</b>

A provisão para sinistros inclui uma provisão, estimada no montante de 580.347 euros (em 2012 era de 749.989 euros), relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). Inclui, ainda, uma estimativa, no montante de 228.513 euros (em 2012 era de 473.674 euros), para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

Abaixo seguem os triângulos atuariais, com indicação dos montantes pagos para os anos de ocorrência.

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013
2008	2.521.884	838.760	793.531	511.347	343.504	194.111
2009		6.201.632	2.600.912	1.605.871	1.474.104	1.307.783
2010			7.738.759	1.909.137	1.214.034	766.203
2011				6.997.198	1.952.212	1.207.313
2012					4.893.399	825.498
2013						4.204.532
<b>Montantes pagos para os anos de ocorrência</b>	<b>1.855.418</b>	<b>7.558.358</b>	<b>9.517.242</b>	<b>11.020.490</b>	<b>11.004.731</b>	<b>9.901.412</b>

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativo a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, em 2013, é o seguinte:

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	(valores em euros)			
	Provisão para sinistros em 31/12/12	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros* em 31/12/13	Reajustamentos (3)-(2)-(1)
	(1)	(2)	(3)	
<b>Não Vida</b>				
Acidentes Pessoais	630	528	1	(101)
Doença	-	225	1	226
Automóvel	9.876.623	3.549.264	4.300.907	(2.026.452)
Responsabilidade Civil	8.808.084	3.038.804	4.054.743	(1.714.538)
Outras coberturas	1.068.539	510.460	246.164	(311.915)
Proteção jurídica	-	9.388	-	9.388
Assistência	-	36.190	-	36.190
<b>Total</b>	<b>9.877.253</b>	<b>3.595.595</b>	<b>4.300.909</b>	<b>(1.980.749)</b>

\* Sinistros ocorridos em 2012 e anteriores

Em 2012, a mesma decomposição foi de acordo com o seguinte quadro:

(valores em euros)				
Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/11 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/12 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Não Vida</b>				
Acidentes Pessoais	-	15	-	15
Doença	-	24	-	24
Automóvel	11.023.553	4.680.979	4.983.854	( 1.358.720)
Responsabilidade Civil	9.328.208	3.566.563	4.695.735	( 1.065.910)
Outras coberturas	1.695.345	1.114.416	288.119	( 292.810)
Proteção jurídica	-	10.751	-	10.751
Assistência	-	39.876	-	39.876
<b>Total</b>	<b>11.023.553</b>	<b>4.731.645</b>	<b>4.983.854</b>	<b>( 1.308.093)</b>

\* Sinistros ocorridos em 2011 e anteriores

No final do exercício de 2013, os custos com sinistros, por ramo, eram de acordo com o seguinte:

(valores em euros)				
Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2013 (4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro Direto</b>				
Acidentes Pessoais	470	200	( 601)	69
Doença	1.657	654	92	2.403
Automóvel	8.745.994	996.167	( 1.421.286)	8.320.875
Responsabilidade Civil	7.079.869	784.045	( 1.097.855)	6.766.059
Outras coberturas	1.666.125	212.122	( 323.431)	1.554.816
Proteção jurídica	-	32.187	-	32.187
Assistência	-	124.083	-	124.083
<b>Total</b>	<b>8.748.121</b>	<b>1.153.291</b>	<b>( 1.421.795)</b>	<b>8.479.617</b>

Os custos com sinistros, a 31 de Dezembro de 2012, eram como segue:

(valores em euros)				
Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2012 (4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro Direto</b>				
Acidentes Pessoais	-	40	630	670
Doença	-	65	-	65
Automóvel	9.953.296	914.599	( 963.049)	9.904.846
Responsabilidade Civil	7.656.056	694.091	( 353.183)	7.996.964
Outras coberturas	2.297.240	220.508	( 609.866)	1.907.882
Proteção jurídica	-	29.036	-	29.036
Assistência	-	107.694	-	107.694
<b>Total</b>	<b>9.953.296</b>	<b>1.051.435</b>	<b>( 962.419)</b>	<b>10.042.312</b>

*Spa...*



## Provisão para riscos em curso

A Provisão para riscos em curso decompõe-se, a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, como segue:

	2013			(valores em euros)		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para riscos em curso						
Acidentes Pessoais	-	-	-	956	-	956
Doença	-	-	-	-	-	-
Automóvel	366.429	-	366.429	679.397	-	679.397
Proteção Jurídica	2.992	-	2.992	7.208	-	7.208
Assistência	11.534	-	11.534	26.736	-	26.736
Total	380.955	-	380.955	714.297	-	714.297

## 22. Outros devedores por operações de seguros e por outras operações

O saldo desta rubrica, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2013	2012
Recibos em cobrança (1)	1.598.165	1.572.521
Reembolsos de sinistros	36.971	74.058
Por operações de seguro direto	1.635.136	1.646.579
Pessoal	937	538
IDS (Indemnização Direta ao Segurado)	1.012.636	927.102
Outros devedores	87.176	98.424
Por outras operações	1.100.749	1.026.064
Outros devedores por operações de seguros e por outras operações	2.735.885	2.672.643

(1) A rubrica de recibos em cobrança inclui a receita antecipada não cobrada (correspondente aos recibos de prémio emitidos antes de iniciar o período de risco). Em 2013, o valor da receita antecipada à cobrança ascendeu ao valor de 1.487.727 euros (2012: 1.489.156 euros).

## 23. Ativos e Passivos por impostos

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, as rubricas de ativos e passivos por impostos correntes apresentam a seguinte composição:

	(valores em euros)	
	2013	2012
<b>Ativos por impostos correntes</b>		
Reembolsos Segurança Social	5.624	1.845
Pagamentos por conta	71.645	-
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	-	1.629
<b>Total</b>	<b>77.269</b>	<b>3.474</b>
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	105.144	12.587
Retenções na fonte	15.723	11.084
Imposto de selo	96.863	96.288
Taxa FGA	50.960	54.796
Taxa INEM	38.357	40.065
Taxa ISP	13.730	14.575
Contribuições para a Segurança Social	21.563	16.411
IVA	6.408	6.412
<b>Total</b>	<b>348.748</b>	<b>252.218</b>

O quadro seguinte evidencia a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efetiva, nos exercícios de 2013 e 2012:

	(valores em euros)	
	2013	2012
Resultado antes de imposto custo/ (proveito)	( 1.149.635)	( 1.253.429)
Encargo de imposto nominal 26,5%		
- a 26,5%	304.653	332.159
- Derrama estadual (*)	-	-
	<b>304.653</b>	<b>332.159</b>
Reconciliação da diferença:		
Outros (ajustamento do imposto diferido ativo associado aos prejuízos fiscais)	-	( 158.014)
Benefícios Fiscais	278	( 278)
Valias	( 165)	( 13.533)
Dividendos	-	( 2.718)
Outros	7.215	213
Tributação autónoma	5.060	1.625
	<b>317.041</b>	<b>159.453</b>

A rubrica de Ativos e passivos por impostos diferidos decompõe-se, em 2013, da seguinte forma:

Impostos diferidos	2013			Movimento no ano	2012		
	Totais	Ativos	(Passivos)		Totais	Ativos	(Passivos)
Reservas de justo valor de investimentos	4.276	10.169	( 5.893)	( 1.578)	5.854	23.467	( 17.613)
Prejuízos fiscais	337.426	337.426	-	( 221.042)	558.468	558.468	-
<b>Totais</b>	<b>341.702</b>	<b>347.595</b>	<b>( 5.893)</b>	<b>( 222.620)</b>	<b>564.322</b>	<b>581.935</b>	<b>( 17.613)</b>
Efeito fiscal:							
Capital próprio				( 1.578)			
Resultados				( 221.042)			
<b>Total</b>	<b>85.426</b>	<b>86.899</b>	<b>( 1.473)</b>	<b>( 55.653)</b>	<b>141.079</b>	<b>145.484</b>	<b>( 4.405)</b>

O reporte de prejuízos fiscais reconhecido tem caducidade em 2015.

34  
João

Segue informação dos prejuízos fiscais dedutíveis e reconhecidos por via de ativos por impostos diferidos:

(valores em euros)					
Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte por Utilizar	Reporte não reconhecido	Último ano para utilização
2008	-	-	-	6.259.688	
2009	-	-	-	6.618.111	
2010	3.583.635	-	39.785	1.765.787	2014
2011	3.438.301	-	1.309.919	2.128.382	2015
2012	-	895.098	-	-	
2013	-	882.965	-	-	
Total	7.021.935	1.778.063	1.349.704	16.771.967	

## 24. Acréscimos e diferimentos

Nesta rubrica do ativo e passivo estão contabilizados os seguintes acréscimos e diferimentos:

(valores em euros)		
	2013	2012
<b>Acréscimos e diferimentos ativos</b>		
Outros acréscimos de rendimentos	17	5
Gastos diferidos com seguros	876	875
Outros gastos diferidos	12.415	22.453
<b>Total</b>	<b>13.308</b>	<b>23.333</b>
<b>Acréscimos e diferimentos passivos</b>		
Receita antecipada diferida	( 1.487.727)	( 1.489.156)
Juros a liquidar	( 343)	
Acréscimos de custos com remunerações	( 184.827)	( 130.019)
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não faturados ou não rececionados	( 110.931)	( 80.056)
<b>Total</b>	<b>( 1.783.828)</b>	<b>( 1.699.231)</b>

Relativamente à receita antecipada, ver explicação na Nota 22.

O valor registado em Acréscimos de custos com fornecimentos e serviços externos, em 2013, respeita a custos cujas faturas ainda não chegaram à Companhia e que são referentes a ações realizadas no final do exercício.

## 25. Afetação dos investimentos e de outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar os seus investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a afetação dos investimentos e de outros ativos é analisada como segue:

(valores em euros)			
	2013		
	Seguros não vida afetos	Não afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	184.636		184.636
Outros investimentos financeiros			
Ativos financeiros disponíveis para venda	-		
Instrumentos de capital e unidades de participação	401.772		401.772
Títulos de dívida	1.074.593		1.074.593
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos			-
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	14.603.563		14.603.563
Outros ativos tangíveis	156.318	625.270	781.588
Outros ativos		3.505.272	3.505.272
<b>Total</b>	<b>16.420.882</b>	<b>4.130.542</b>	<b>20.551.424</b>

*Gaspar*  
*du*

(valores em euros)			
	2012		
	Seguros não vida afetos	Não afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	744.236		744.236
Outros investimentos financeiros			-
Ativos financeiros disponíveis para venda			-
Instrumentos de capital e unidades de participação	1.473.491		1.473.491
Títulos de dívida	1.883.929		1.883.929
Empréstimos concedidos e contas a receber			-
Outros depósitos	4.634.913		4.634.913
Investimentos a deter até à maturidade			-
Títulos de dívida	8.350.229		8.350.229
Outros ativos tangíveis	180.972	723.888	904.860
Outros ativos		3.703.965	3.703.966
Total	17.267.770	4.427.853	21.695.623

Em 2013, a percentagem de cobertura das provisões técnicas pelos ativos afetos às provisões técnicas da Sociedade é de 139%.

Não foram efetuadas alterações nos critérios de afetação dos ativos.

## 26. Outros passivos financeiros

A Companhia tem um empréstimo subordinado, no montante de 9 milhões de euros, concedido em 30 de Dezembro de 2009 pela Lusitania – Companhia de Seguros, SA, o qual não tem prazo de reembolso definido e vence juros à taxa Euribor a seis meses acrescida de um ponto percentual. O reembolso deste empréstimo será efetuado de uma só vez, com um período pré-aviso de cinco anos por parte da Companhia à Lusitania ou mediante acordo prévio do ISP, sendo dispensado neste caso o pré-aviso anteriormente referido. Em 2013, o montante dos juros pagos relativos a este empréstimo subordinado ascendeu a 119.902 euros (ver nota 8) e, em 2012, a 181.880 euros.

## 27. Outros credores por operações de seguros e por outras operações

O detalhe desta rubrica, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2013	2012
Estornos a pagar	4.091	5.455
Por operações de seguro direto	4.091	5.455
Resseguradores conta corrente	225.971	121.182
Por outras operações de resseguro	225.971	121.182
Fornecedores	146.667	78.661
Pessoal	235	1.205
Outros credores	36.581	5.796
Por outras operações	183.483	85.662
Outros credores por operações de seguros e por outras operações	413.545	212.300

## 28. Capital próprio

O Capital próprio da Companhia, em 31 de Dezembro de 2013, manteve-se negativo, em 2.824 milhares de euros (2012: negativo, em 3.615 milhares de euros).

Considerando esta situação, o acionista irá tomar as medidas necessárias para a ultrapassar o incumprimento indicado no art. 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Não existem, por parte da Administração, projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das operações da N Seguros. Foi preparado, pelo Conselho de Administração, um plano de negócio para o período compreendido entre 2012 e 2015, no qual estão projetados os resultados futuros e a viabilidade da Sociedade.

### Capital

O capital da Sociedade encontra-se representado por dois milhões e quinhentos mil ações nominativas, com valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontravam subscritas e realizadas na totalidade pela Lusitania – Companhia de Seguros, SA.

A Companhia apresenta uma margem de solvência adequada ao exercício da atividade, que se cifra, a 31 de dezembro de 2013, em 167%, (o valor de 2012 foi 146%). Para mais detalhes, ver nota 31.

### Outros Instrumentos de Capital

Em 2011, o acionista, Lusitania – Companhia de Seguros, SA, investiu na Sociedade uma prestação acessória pecuniária sujeita ao regime de prestações suplementares, no montante de 2.500.000 euros, a qual se encontra registada em Outros Instrumentos de Capital. A referida prestação foi aprovada na ata n.º 7 da Assembleia Geral de 30 de Dezembro de 2011. Os estatutos da Companhia foram alterados em conformidade, conforme referido na mesma.

### Reserva de reavaliação

As reservas de reavaliação são analisadas como segue:

	(valores em euros)	
	2013	2012
Reservas:		
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	23.573	93.866
Justo valor de ativos financeiros reclassificados	( 40.675)	( 70.452)
Reserva por impostos diferidos	4.276	5.854
Total	( 12.826)	29.268

## Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

	(valores em euros)	
	2013	2012
Resultado Líquido do Exercício	832.594	1.093.977
Número total de ações (Nota 25)	2.500.000	2.500.000
Resultado por ação	0,33	0,44

## 29. Transações com partes relacionadas

A N Seguros, S.A. é detida a 100% pela Lusitania – Companhia de Seguros, S.A., cujo capital é detido em 95,4% pelo Montepio Seguros, SGPS e 4,6% por restantes acionistas.

Nos exercícios de 2013 e 2012 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos Órgãos sociais e Direção Executiva:

	(valores em euros)	
	2013	2012
Conselho Fiscal*	13.530	11.685
	13.530	11.685
Direção Executiva		
Remunerações	60.299	60.299
Encargos sociais	15.637	15.637
	75.936	75.936

\*valor dos serviços prestados com IVA incluído

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por 2 elementos com funções executivas (Virgílio Manuel Boavista Lima e António Paulo Silva Gonçalves Raimundo), os quais não recebem qualquer remuneração pelos cargos exercidos.

A remuneração do Conselho Fiscal decompõe-se da seguinte forma:

	(valores em euros)	
	2013	2012
Conselho Fiscal		
Presidente do Conselho Fiscal *	4.920	4.305
1º Vogal *	4.305	3.690
2º Vogal *	4.305	3.690
	13.530	11.685

\* valor dos serviços prestados com IVA incluído

Atendendo ao disposto no n.º4 do art.63º do CIRC, identificamos a seguir as partes relacionadas com as quais a N Seguros transacionou bens ou serviços nos exercícios de 2013 e 2012:

- Caixa Económica Montepio Geral, S.A;
- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A;
- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Sociedade Portuguesa de Administrações S.A.



Nos exercícios de 2013 e 2012, as demonstrações financeiras da Companhia incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

(valores em euros)					
2013					
	SPA	Lusitania	Lusitania Vida	MG	Total
<u>Ativo</u>					
Depósitos à ordem	-	-	-	141.250	141.250
<u>Passivo</u>					
Passivos Subordinados	-	9.000.000	-	-	9.000.000
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	36.569	-	-	36.569
<u>Capital Próprio</u>					
Capital	-	12.500.000	-	-	12.500.000
Outros instrumentos de capital	-	2.500.000	-	-	2.500.000
<u>Ganhos e Perdas</u>					
Fornecimentos e Serviços Externos	-	( 267.725)	( 13.733)	-	( 281.458)
Juros de depósitos a prazo	-	-	-	58.588	58.588
Juros de empréstimo subordinado	-	( 119.902)	-	-	( 119.902)

(valores em euros)					
2012					
	SPA	Lusitania	Lusitania Vida	MG	Total
<u>Ativo</u>					
Depósitos à ordem	-	-	-	80.381	80.381
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	4.634.913	4.634.913
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.866	-	-	-	3.866
<u>Passivo</u>					
Passivos Subordinados	-	9.000.000	-	-	9.000.000
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	5.763	-	-	5.763
<u>Capital Próprio</u>					
Capital	-	12.500.000	-	-	12.500.000
Outros instrumentos de capital	-	2.500.000	-	-	2.500.000
<u>Ganhos e Perdas</u>					
Fornecimentos e Serviços Externos	( 310)	( 240.357)	( 9.813)	-	( 250.481)
Juros de depósitos a prazo	-	-	-	221.163	221.163
Juros de empréstimo subordinado	-	( 181.880)	-	-	( 181.880)

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado, nas respetivas datas.

40

### 30. Gestão de riscos

**De seguida apresentar-se-ão, de forma breve, os princípios inerentes à gestão de riscos na N Seguros, os quais integram o enquadramento legal existente e a necessidade de equilibrar a gestão da performance da Companhia com a gestão dos respetivos riscos, contribuindo para um crescimento sustentável da Empresa.**

O risco é um conceito usado para expressar as preocupações com os efeitos prováveis de um ambiente incerto. Como o futuro é desconhecido, diferentes ocorrências poderão ter um impacto significativo (positivo ou negativo) nas metas e objetivos da organização.

Gerir o risco não é mais do que considerar esta incerteza no contexto da estratégia de negócio. Trata-se, em resumo, de um processo que permite identificar, avaliar, gerir e controlar potenciais acontecimentos de forma a fornecer uma garantia razoável relativamente ao prosseguimento dos objetivos da organização.

Assim sendo, o processo de gestão de risco normalmente inicia-se com a identificação e avaliação dos diversos riscos a que a atividade está exposta. Tendo em conta o contexto da atividade seguradora, as referências para a identificação dos riscos foram as seguintes:

- Solvência II: O Pilar 2 determina a necessidade de integrar os requisitos qualitativos, nomeadamente o sistema de governação, que inclui mecanismos de gestão de riscos, de controlo interno, as funções-chave e o processo de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA);
- A Norma Regulamentar 14/2005 R, onde o ISP define os princípios gerais aplicáveis ao desenvolvimento dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno nas empresas de seguros;
- A Circular 7/2009 do ISP: corresponde à Orientação Técnica que vem estabelecer um conjunto de princípios operacionais e orientações relativamente aos riscos identificados na Norma Regulamentar 14/2005, salientando e desenvolvendo alguns riscos que justificam uma abordagem detalhada.

Com efeito, as principais categorias identificadas para a N Seguros foram as que se seguem, definidas do seguinte modo:

**a. Risco Estratégico:** Risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas ao nível dos objetivos estratégicos da empresa, às estratégias de negócio desenvolvidas para atingir esses objetivos, bem como à implementação imprópria de decisões, insuficiência de recursos ou falta de capacidade de resposta às alterações em termos económicos, tecnológicos, competitivos, regulatórios ou a outras alterações ocorridas no mercado.

**b. Risco Específico de Seguros:** Risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

**c. Risco de Mercado:** Risco de movimentos adversos no valor de ativos da empresa relacionados com variações dos mercados de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor do imobiliário. Este risco inclui também os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e responsabilidades.

**d. Risco de Crédito:** Risco de incumprimento (*default*) ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa está exposta, bem como dos devedores, prestatários, tomadores de seguro e resseguradores que com ela se relacionem. Nos casos relacionados com a qualidade creditícia, o risco deverá também ser analisado como oportunidade, no caso da alteração se revelar mais positiva do que a anterior.

**e. Risco de Concentração:** Risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, linhas de negócio ou clientes, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou de solvência da empresa.

**f. Risco de Liquidez:** Risco que advém da possibilidade da empresa não deter os ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários, necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores, à medida que eles se vencem.

**g. Risco Operacional:** Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado às perdas originadas nas operações diárias da empresa.

**h. Risco de Reputação:** Risco da empresa incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Resulta também do desempenho da empresa nos outros riscos.

Das várias categorias de Risco identificadas, gostaríamos de abordar, de forma sucinta, as seguintes:

#### ***Risco Específico de Seguros***

Existem várias vertentes associadas a este risco, nomeadamente: o desenho de produtos e a tarificação; a subscrição; o provisionamento das responsabilidades; a gestão dos processos de sinistro e o resseguro.

Uma das subcategorias mais importantes é o risco associado à subscrição. Aí estão representados os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarificação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarificação, é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões.

**Risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores**

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados efetuadas em 2012 aos valores efetivamente verificados, apurou-se:

# Resumo do Custo com Sinistros IBNR Verificado Vs. Estimado

(valores em euros)

Ano Ocorrência	Provisão IBNR 31-12-2012	Custos com sinistros IBNR (1)	Diferença
2008	514	-14.799	15.312
2009	2.088	-13.197	15.285
2010	21.466	50.372	-28.906
2011	98.810	101	98.710
2012	627.111	216.836	410.275
Total	749.989	239.313	510.676

(1) Sinistros reportados no ano mas ocorridos em anos anteriores.

## Resumo dos sinistros IBNR de Responsabilidade Civil Verificados Vs. Estimados

	RC D Materiais			RC D Corporais			Outras Coberturas		
	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença
2008 - 1T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2008 - 2T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2008 - 3T	0	0	0	0	0	0	0	1	-1
2008 - 4T	0	0	0	0	0	0	0	2	-2
2009 - 1T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009 - 2T	0	0	0	0	0	0	0	1	-1
2009 - 3T	0	0	0	0	0	0	0	5	-5
2009 - 4T	0	0	0	0	0	0	1	1	0
2010 - 1T	0	1	-1	0	1	-1	2	11	-9
2010 - 2T	1	1	0	0	0	0	3	9	-6
2010 - 3T	1	1	0	0	0	0	5	34	-29
2010 - 4T	2	0	2	1	0	1	8	5	3
2011 - 1T	3	1	2	1	0	1	11	1	10
2011 - 2T	4	0	4	1	1	0	18	0	18
2011 - 3T	5	8	-3	1	0	1	28	1	27
2011 - 4T	7	2	5	1	0	1	43	2	41
2012 - 1T	11	4	7	1	0	1	48	3	45
2012 - 2T	15	10	5	2	2	0	89	2	87
2012 - 3T	21	12	9	3	1	2	116	5	111
2012 - 4T	158	171	-13	11	7	4	369	63	306
Total	228	211	17	22	12	10	741	146 (1)	595

(1) Valores previstos influenciados por histórico de sinistros de QIV por abrir em 31/12/n

Com o objetivo de testar a sensibilidade da variável mais relevante na Sociedade, optou-se por efetuar uma alteração na taxa de sinistralidade, onde se concluiu que uma variação de 5 pontos percentuais nesta variável, relativamente a sinistros do exercício, implica uma alteração mais que proporcional, em 25,46% no resultado da Sociedade.

Para além do Risco Específico de Seguros, a N Seguros está exposta a uma variedade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Isto é, o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponde a uma incapacidade potencial de cumprir com as suas responsabilidades se os rendimentos gerados pelos ativos não cobrirem as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções de investimento, financiamento e de gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e não diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

*Handwritten signature and initials*

### **Risco de Mercado**

Conforme definido anteriormente, o risco de mercado deriva em grande parte do nível e da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros.

Na N Seguros, a gestão do risco de mercado é feita sobretudo através dos princípios constantes na sua política de Investimento, respeitando as regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente e pautando-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em 2013, a sensibilidade da carteira a variações de 1 ponto percentual (p.p.) da taxa de juro de mercado aumentou de 1.9 para 2.9. A subida em 1 p.p. da taxa de juro traduzir-se-ia, em Dezembro de 2013, numa desvalorização da carteira total de 2.9%. Este aumento prende-se, essencialmente, com a extensão das maturidades médias das obrigações detidas em carteira. Durante o ano de 2013 procedeu-se ao reinvestimento das obrigações amortizadas em novas obrigações de maturidades mais longas, de forma a obter uma rentabilidade média esperada mais elevada para a carteira da N Seguros, nos próximos anos.

Apesar do aumento da *Duration* da carteira de investimentos em 2013, esta não deixou de apresentar um nível de risco de mercado de taxa juro relativamente baixo, quando comparado com alguns índices de referência no mercado e fundos de obrigações das diversas classes:

EFFAS > 1 Ano (dívida pública): *duration* em Dez-2013 de 6.33

Iboxx Euro Corporate (dívida corporate): *duration* em Dez-2013 de 4.51

Muzinich Europeyield Euro High Yield Fund: *duration* em Dez-2013 de 2.7

Em 2013, aumentaram-se os níveis de *duration* da carteira e de risco de mercado, nomeadamente, no mercado de obrigações financeiras e não financeiras. Num contexto internacional de taxas de juro baixas, onde começaram a evidenciar-se sinais de recuperação económica à escala global, conjuntamente com o cumprimento com sucesso das medidas de ajustamento impostas pelos principais credores internacionais aos Países europeus periféricos, tornou-se mais evidente a redução do prémio de risco desses países, dando continuidade ao movimento de forte procura por ativos financeiros e a sua consequente boa performance relativa.

N Seguros	Dez-12	Dez-13
<i>Duration</i>	1.9	2.9

(Em número de anos)

### **Risco de Crédito**

Conforme anteriormente referido, o risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia das várias contrapartes.

Neste âmbito, consideramos pertinente efetuar algumas análises, nomeadamente, as relativas ao Rating médio da nossa carteira de investimentos, à qualidade creditícia do nosso painel de resseguradores, e à qualidade dos títulos de dívida em carteira.

Ao longo de 2013, o spread médio da carteira reduziu de 421 pontos base (p.b.) para 282 p.b. e a notação de rating médio manteve-se em BB. A continuação do movimento de consolidação orçamental e as medidas de austeridade implementadas pelos países periféricos resultaram numa redução de prémio de risco exigido pelos investidores.

Os sinais de recuperação económica evidenciados por indicadores económicos avançados indicaram, a partir de meados do ano, a saída da recessão económica.

Portugal, apesar de alguma volatilidade por motivos políticos, acabou por beneficiar de uma continuada perceção de redução de risco de crédito, quer soberano quer empresarial, o que permitiu o acesso ao mercado dos principais emitentes nacionais, incluindo o Estado português, com taxas absolutas mais reduzidas. O impacto desta redução de prémio de risco foi também notório na queda do *spread* médio da carteira de investimentos da N Seguros, durante o ano.

N Seguros	Dez-12	Dez-13
<i>Spread</i> médio	421	282
<i>Rating</i> médio	BB	BB

No que diz respeito à qualidade creditícia dos resseguradores, apresentamos de seguida o rating dos elementos constantes no nosso painel.

RESSEGURADOR	2013	2012
EUROP ASSISTANCE	NR	NR
COMPAGNIE SUISSE DE RÉASSURANCES	AA-	
MUNCHENER RUCKVERSICHERUNGS-GESELLSCHAFT	A	AA-
ASSURANCES MUTUELLES DE FRANCE	A	
MAPFRE RE	A	-
NACIONAL REASEGUROS PER AON BENFIELD	A-	A-
ODYSSEY RE PER AON BENFIELD	A	A-
PARTNER RE PER AON BENFIELD	A+	AA-
R+V PER AON BENFIELD	AA-	AA-
SCOR IBERICA LTD	A+	A+

No quadro seguinte podemos ver a qualidade dos títulos de dívida, possuídos em carteira pela Companhia:

(valores em euros)				
Rating	2013	Peso	2012	Peso
AAA		0%		0%
AA		0%		0%
AA-		0%		0%
A+		0%		0%
A		0%		0%
A-		0%		0%
BBB+		0%		0%
BBB	346.824	2%	483.220	5%
BBB-		0%	99.144	1%
BB+	2.827.754	18%	1.039.682	10%
BB	4.099.115	26%	2.685.158	26%
BB-	1.624.418	10%	3.078.032	30%
B+	246.142	2%		0%
B		0%	582.840	6%
B-	4.564.409	29%		0%
CCC		0%		0%
CCC-		0%	102.636	1%
n.a.	1.969.494	13%	2.163.446	21%
Total	15.678.155	100%	10.234.159	100%

Como podemos verificar, os títulos de dívida com rating BB+ e BB aumentaram o seu peso para 44% (em 2012 representavam 37%).

*Guarantee*  
*Nw*

Adicionalmente, efetuou-se a desagregação dos títulos de dívida pelos vários setores de atividade:

(valores em euros)				
Sector	2013	Peso	2012	Peso
Basic Materials	877.568	6%	-	0%
Communications	1.112.799	7%	344.446	3%
Consumer, Cyclical	-	0%	-	0%
Consumer, Non-cyclical	356.413	2%	-	0%
Energy	973.942	6%	2.794.237	27%
Financial	8.436.387	54%	2.333.946	23%
Government	640.436	4%	1.316.854	13%
Utilities	1.964.760	13%	2.095.632	20%
Industrial	965.048	6%	560.547	5%
Diversified	350.803	2%	788.497	8%
Total	15 678 155	100%	10 234 159	100%

Em 2013, de acordo com o apresentado, os títulos de dívida encontram-se mais diversificados do que em 2012, embora o setor financeiro e a dívida governamental representem 58% do total.

De seguida, evidenciam-se os títulos de dívida por país do emitente:

(valores em euros)				
Country Risk	2013	Peso	2012	Peso
ALEMANHA	-	0%	-	0%
ESPAÑA	346.824	2%	582.364	6%
ESTADOS UNIDOS	-	0%	-	0%
FRANÇA	-	0%	-	0%
GRÉCIA	-	0	102.636	1%
HOLANDA	-	0%	393.462	4%
ITÁLIA	103.479	1%	104.367	1%
PORTUGAL	15.227.853	97%	9.051.330	88%
REINO UNIDO	-	0%	-	0%
Total	15 678 155	100%	10 234 159	100%

É possível verificar que os títulos de dívida de emitentes portugueses representam 97% do total.

No quadro abaixo, apresentamos os títulos de dívida pública por país:

(valores em euros)				
Dívida pública	2013	Peso	2012	Peso
ALEMANHA	-	0%	-	0%
ESPAÑA	-	0%	238.412	18%
ITÁLIA	-	0%	-	0%
PORTUGAL	640.436	100%	1.078.442	82%
HOLANDA	-	0%	-	0%
FRANÇA	-	0%	-	0%
Total	640.436	100%	1.316.854	100%

O valor dos títulos de dívida pública reduziu cerca de 51%, concentrando-se exclusivamente em Portugal.



Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição da N Seguros a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é a que se segue:

(milhares de Euros)

Emitente / Carteira	31 de Dezembro de 2013					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-			
Activos financeiros detidos até à maturidade	640.436	664.575	(19.678)	4,05%	2,2	
<b>Total</b>	<b>640.436</b>	<b>664.575</b>	<b>(19.678)</b>			

Emitente / Carteira	31 de Dezembro de 2012					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal						
Activos financeiros disponíveis para venda	133.926	133.926	3.406	3,68%	6,5	1
Activos financeiros detidos até à maturidade	944.517	991.624	(28.950)	4,52%	2,4	
<b>Total</b>	<b>1.078.442</b>	<b>1.125.550</b>	<b>(25.544)</b>			

### **Risco de Liquidez**

Este risco advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com as suas responsabilidades perante tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando devidas.

No quadro seguinte, podemos verificar a maturidade dos títulos de dívida em carteira:

Maturidade dos ativos	(valores em euros)			
	2013	Peso	2012	Peso
[0 - 1] Yr or Open-ended	3.136.802	20%	5.738.031	56%
[1 - 3] Yr	8.093.095	52%	3.080.962	30%
[3 - 5] Yr	1.689.872	11%	706.924	7%
[5 - 10] Yr	2.758.386	18%	708.241	7%
<b>Total</b>	<b>15.678.155</b>	<b>100%</b>	<b>10.234.159</b>	<b>100%</b>

Conforme já foi referido anteriormente, em 2013 foram alargadas as maturidades da carteira da N Seguros, o que se reflete também nos títulos de dívida. Ainda assim, cerca de 70% dos títulos de dívida detidos pela Companhia vencem-se num prazo máximo de três anos.

### **Risco Operacional**

Risco de perdas resultante da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Este risco está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui, ainda, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

Ao nível dos sistemas de informação, o modelo de redundância de gestão de sistemas existente na N Seguros permite à Companhia o acesso à informação em qualquer ponto do país, sem que ocorra disrupção na continuidade do negócio.

47

A gestão estratégica de ativos é decidida pelo Conselho de Administração, em conformidade com a política de investimento aprovada, e executada pela Direção Executiva. A gestão de ativos deve ser realizada dentro de um prudente equilíbrio entre segurança, rentabilidade e liquidez.

### Política de Gestão de Risco

Na N Seguros, a gestão do risco assume um papel estratégico, de acordo com a missão, visão e valores da Empresa, e assenta em princípios da gestão integrada do risco, enquanto ferramenta de gestão estratégica, geradora de valor e que aporta vantagens competitivas, materializando-se na organização através de:

- Difusão de uma cultura de risco – envolvendo diversas áreas técnicas e operacionais da Companhia;
- Consideração de critérios de gestão de risco na tomada de decisões a nível estratégico, operacional e de controlo;
- Ligação do risco aos processos de negócio e suporte, os quais são transversais à atividade;
- Existência de uma dimensão de controlo.

A gestão integrada do risco traduz-se, assim, em ações a três níveis:

#### 1.º Nível – Estratégico:

A gestão integrada de riscos tem como objetivos, num primeiro nível:

- A avaliação dos riscos;
- A definição do *risk appetite* e da *risk tolerance*;
- A integração do risco no processo de tomada de decisões estratégicas.

#### 2.º Nível – Operacional:

- Num segundo nível, temos a função de risco e controlo, responsável por definir a política de *risk management* e implementar os processos e ferramentas de avaliação, monitorização e gestão. Este processo de definição de controlos é descentralizado, tendo por base o conceito de donos de risco (*risk owners*).

#### 3.º Nível – Controlo:

- Por último, o controlo associado a questões de *compliance*, estratégia, processos, políticas e procedimentos.

### 31. Solvência

De acordo com a legislação vigente, as seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos pela Norma 6/2007-R, alterada pelas Normas Regulamentares 12/2008-R e 4/2011-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A margem de solvência exigida, a 31 de Dezembro 2013 e 2012, apresenta-se de seguida:

	(valores em euros)	
	2013	2012
Capital	12.500.000	12.500.000
Outros instrumentos de capital	2.500.000	2.500.000
Reservas	( 17.102)	23.414
Reserva por Impostos Diferidos	4.276	5.854
Resultados Transitados	( 18.644.174)	( 19.738.151)
Resultado líquido do exercício	832.594	1.093.977
Valor de Balanço	( 2.824.406)	( 3.614.906)
Ajustamentos	9.000.000	9.000.000
Margem de Solvência disponível	6.175.594	5.385.094
Margem de Solvência requerida	3.700.000	3.700.000
Rácio de Solvência	167%	146%

### 32. Compromissos

Em 2013, a N Seguros tinha registado em Locações apenas um contrato de locação operacional, celebrado com a empresa Lease Plan Portugal, pelo período de 48 meses.

No final do ano procedeu-se a uma reestruturação deste contrato, o que provocou um aumento nas responsabilidades mensais da Companhia, em cerca de 26 euros (sobre os quais incide IVA à taxa legal em vigor):

	(valores em euros)		
	2013		
	Valores dos contratos	Obrigações futuras até 1 ano	Obrigações futuras de 1 a 5 anos
Aluguer Operacionais de viaturas	29.490	18.581	-
Total	29.490	18.581	-

	(valores em euros)		
	2012		
	Valores dos contratos	Obrigações futuras até 1 ano	Obrigações futuras de 1 a 5 anos
Aluguer Operacionais de viaturas	29.490	4.653	18.581
Total	29.490	4.653	18.581

### 33. Justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(valores em euros)				
ATIVOS	2013		2012	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	184.636	184.636	744.236	744.236
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	4.634.913	4.634.913
Investimentos a deter até à maturidade	14.603.563	14.883.492	8.250.229	8.470.254
Outros devedores	2.709.882	2.709.882	2.672.643	2.672.643
Total	17.498.081	17.778.010	16.302.021	16.522.046
PASSIVOS	2013		2012	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Passivos Subordinados	9.000.000	6.633.900	9.000.000	6.638.400
Outros Credores	413.545	413.545	212.300	212.300
Total	9.413.545	7.047.445	9.212.300	6.850.700

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cashflows descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Companhia são os seguintes:

#### Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

#### Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que, por norma, estes ativos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

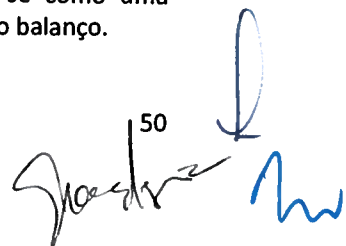
#### Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os investimentos detidos até à maturidade foram avaliados no nível I e os passivos subordinados no nível II.

#### Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

50



### 34. Re-expressão das demonstrações financeiras

Em 2013, foi detetado um erro no algoritmo informático que calculava, de acordo com o método “pro-rata temporis”, os prémios não adquiridos. Assim, no exercício findo a 31 de Dezembro de 2013, após deteção do referido erro, procedeu-se à correção dos seus efeitos e respetiva reexpressão dos valores em causa, com impacto nos exercícios de 2011 e 2012. A reexpressão do valor dos prémios não adquiridos afetou, ainda que de forma indireta, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão para riscos em curso, os custos de aquisição diferidos, os impostos diferidos e, consequentemente, o resultados dos exercícios referidos.

A referida reexpressão efetuada no âmbito do IAS 8, determinada com referência a 1 de Janeiro de 2012, pode ser analisada como segue:

	(valores em euros)		
	Capitais próprios 1 de Janeiro de 2012	Resultado líquido de 2012	Capitais próprios 31 de Dezembro de 2012
Valores anteriormente reportados	( 4.650.675)	1.010.096	( 3.362.367)
Ajustamento	( 336.420)	83.881	( 252.539)
Total	( 4.987.095)	1.093.977	( 3.614.906)

### 35. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10 e de forma a garantir o integral cumprimento do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da N Seguros irá propor, em Assembleia Geral, a realizar no próximo dia 31 de Março de 2014, uma “operação harmónio” que consiste no aumento do capital social de 12.500.000 euros para 27.000.000 de euros, através da emissão de 2.900.000 novas ações, com um valor nominal unitário de 5,00€, resultante da conversão em capital social de prestações acessórias sob a forma de prestações suplementares de capital e por entradas em dinheiro. Subsequentemente, proceder-se-á à redução do capital social de 27.000.000 de euros para 7.500.000 euros, através da redução do número de ações, que terá como finalidade a cobertura dos resultados transitados negativos, garantindo, ainda, a existência de uma margem de, aproximadamente, 20% face ao capital social mínimo exigido para as empresas de seguros.

### 36. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

#### IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho de 2012.

Como resultado da IAS 19 (2011), a Companhia alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido. Ao abrigo da IAS 19 (2011), a Companhia determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (ativo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (ativo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (ativo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos ativos do plano; e (iii) o juro do efeito do teto (*ceiling*) do ativo.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, a Companhia modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

#### **IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

A Companhia não teve impacto na adoção destas alterações.

#### **Melhoramentos às IFRS (2009-2011)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012, e adotados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de Março, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013, às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

#### **IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

#### **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis**

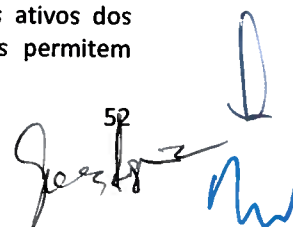
A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis, não sendo assim contabilizados em inventários.

#### **IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2**

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

#### **IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar**

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem

52  




igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

#### **IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a Companhia adotou a nova definição de justo valor, tal como consta na nota 2.2, prospetivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos ativos e passivos da Companhia, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras, conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exata medida em que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, a Companhia proporcionou informação comparativa relevante, já divulgada ao abrigo dessas normas.

#### **IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto**

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 19 de Outubro de 2011, a “IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Dada a natureza das operações da Companhia, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

**A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:**

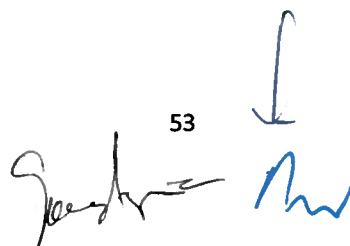
#### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.





## **IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

## **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10 revoga parte da IAS 27 e a SIC 12 e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma empresa em que investiu quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a empresa e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a mesma (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da empresa em que investiu, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo. O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma empresa em que investiu (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração, no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

## **IFRS 11 - Acordos Conjuntos**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controle conjunto”, introduzindo o modelo de controle definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração, no entanto não antecipa qualquer impacto.

#### **IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

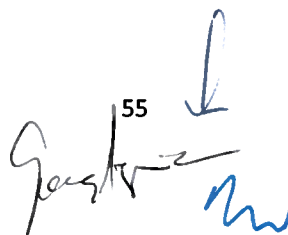
O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11.

#### **Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)**

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como uma entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

55  


As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previsto na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

#### **IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros**

O IASB emitiu, em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

#### **IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura**

O IASB emitiu esta alteração, em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo desta alteração foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação ("*clearing counterparty*"), em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação ("*novação*") que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

#### **Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a Companhia**

##### **IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados**

O IASB emitiu esta alteração, em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade, introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço, que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que sejam prestados.

##### **IFRIC 21 – Taxas**

O IASB emitiu, em 20 de Maio de 2013, esta interpretação, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras da Companhia

### **Melhoramentos às IFRS (2010-2012)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

#### IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (*vesting*)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

#### IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

#### IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

#### IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

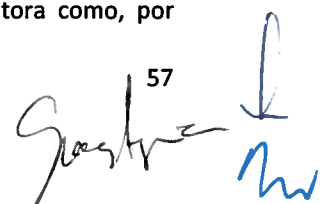
O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

#### IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

#### IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como, por

57  




exemplo, nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

### **Melhoramentos às IFRS (2011-2013)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

#### IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitirem aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

#### IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

#### IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 incluiu uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação de que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

#### IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

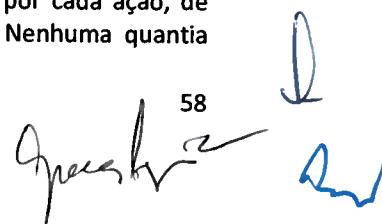
O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

### **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)**

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia



reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta, de forma mais próxima, com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura, resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida, mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma, mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS  
31 de Dezembro de 2013

(valores em euros)

Código	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço	
							unitário*	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total		0			0		
	total		0			0		
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento							
PTYMALM0001	FUNDO MONTEPIO TESOUREARIA	4.261				400.000	94,30	401.772
	sub-total	4.261				400.000		401.772
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE3OE0017	OT - 3.35% (15.10.2015)		100.000	99,82		99.820	96,73	96.734
PTOTE1OE0019	OT - 4.375% JUNHO - 2003 / 2014		167.000	86,62		144.662	99,26	165.770
PTOTE0OE0017	OT - 3.6% - 15.10.2014		200.000	99,27		198.542	99,39	198.772
PTOTENO0E0018	OT - 4.45% - 15.06.2018		100.000	100,40		100.397	95,15	95.154
PTOTECO0E0029	OT - 4.8% - 15.06.2020		90.000	97,33		87.594	93,34	84.007
	sub-total		657.000			631.015		640.436
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBESWOM0013	BANCO ESPÍRITO SANTO SA 5.875%-09.11.2015		200.000	99,67		199.331	105,21	210.412
PTCMKOE0001	CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-TV-23.07.2018		50.000	75,28		37.639	83,82	41.909
PTCG25OM0029	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS 5.625%-04.12.15		500.000	101,87		509.360	105,79	528.960
XS0230315748	PARPÚBLICA-3.567% (22.09.2020)		300.000	82,79		248.379	82,05	246.142
PTSEMCOE0006	SEMAPA - TV (20.04.2016)		50.000	92,09		46.047	94,34	47.189
PTBCT3WOM0038	BANCO COMERCIAL PORT. - 9.25%-13.10.2014		300.000	104,80		314.413	104,97	314.907
PTBCT3OM0000	BANCO COMERCIAL PORTUGUES-TV-09.05.2014		80.000	96,01		76.809	97,05	77.642
PTBENJOM0015	BANCO ESPÍRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018		500.000	98,52		492.606	103,29	516.466
PTBCLQOM0010	BCP - 5.625% - 23.04.2014		100.000	100,80		100.802	104,05	104.053
PTBLMGOM0002	BES-5.625%-05.06.2014		400.000	101,41		405.649	102,76	411.034
PTBRIHOM0001	BRISA - 4.5% - 05.12.2016		350.000	101,74		356.077	101,83	356.413
PTBSSDOE0002	BRISA CONCESSÃO ROD. - 6.25%-05.12.2014		200.000	103,05		206.108	102,10	204.191
PTCG32OM0004	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS-8%-28.09.2015		650.000	104,35		678.275	104,46	679.008
PTPTIHOT0014	PORTUGAL SA-5.375%-15.05.2020		600.000	102,16		612.979	102,76	616.548
PTPTCYOM0008	PORTUGAL TELECOM SGPS,SA-6.25%-2016		200.000	106,55		213.091	107,68	215.355
PTRELBOE0017	REN-REDES ENERG.NAC. - 4.125%-31.01.2018		200.000	101,73		203.456	105,33	210.659
PTSEMEOE0004	SEMAPA-6.85%-30.03.2015		250.000	104,20		260.512	104,41	261.020
PTBLMXOM0019	BES - 3.875% - 21JAN2015		800.000	99,30		794.400	103,27	826.176
PTRELBOE0017	REN - 4.125% - 31JAN2018		700.000	100,20		701.400	103,94	727.575
PTCMH2OE0011	CEMG 4% - 150521015		4.500.000	100,00		4.500.000	100,50	4.522.500
PTMF9AJM0182	MARTIFER SGPS SA 7ª 11/09/2013 - 10/03/2014		700.000	100,00		700.000	101,96	713.688
PTRP0AJM0155	RAPORAL SA 5ª 04/03/2013 - 27/02/2014		100.000	100,00		100.000	104,66	104.662
PTV10AJM0018	VIBEIRA TURISMO SA 9ª 29/05/2013 - 21/05/2014		200.000	94,41		188.814	97,71	195.427
PTR32AJM0049	ROLEAR MAIS 14ª 24-04-2014		150.000	93,35		140.025	97,86	146.791
PTR35AJM0031	ROLEAR MAIS 13ª 22/04/2013 - 22/01/2014		100.000	94,95		94.953	99,58	99.577
PTB06AJM0281	BIAL - PORTELA & CA SA 1ª 03-10-2013 - 01-04-2014		200.000	97,05		194.092	98,48	196.969
	sub-total		12.380.000			12.375.218		12.575.251
	total	4.261	13.037.000			13.406.233		13.617.459
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 Acções							
	sub-total	0				0		0
	2.2.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total	0				0		0
	2.2.2 Títulos de dívida							
	2.2.2.1 De dívida pública							
	sub-total		0			0		0
	2.2.2.3 - De outros emissores							
ES0340609009	CRITERIA CAIXA CORP. - 4.125%-20.11.2014		100.000	99,52		99.523	99,84	99.841
XS0221295628	EDP FINANCE BV - 3.75% (22.06.2015)		100.000	100,16		100.162	100,28	100.277
XS0495010133	EDP FINANCE BV-3.25%-16.03.2015		100.000	99,42		99.417	100,20	100.198
XS0970695572	EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020		700.000	100,25		701.772	101,71	712.001
XS0479541699	GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018		100.000	99,87		99.868	98,11	98.109
XS0548801207	IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016		50.000	99,86		49.929	98,23	49.115
XS0426505102	MONTE DEI PASCHI SIENA-4.75%-30.04.2014		100.000	103,92		103.920	103,48	103.479
XS0462994343	PORT. TELECOM INT. FIN. - 5%-04.11.2019		880.000	102,03		897.867	101,98	897.444
XS0545097742	RED ELECTRICA FINAN. BV-3.5%-07.10.2016		100.000	100,20		100.202	99,76	99.759
XS0982774399	REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020		200.000	100,15		200.303	101,12	202.245
	sub-total		2.430.000			2.452.963		2.462.468
	total	0	2.430.000			2.452.963		2.462.468
	3 - TOTAL GERAL	4.261	15.467.000			15.859.196		16.079.927

\* Inclui o valor dos juros decorridos

Técnico Oficial de Contas

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Uma  
António Paulo Gonçalves Raimundo



N SEGUROS, S.A. 2013  
Anexo 2

	(valores em euros)			
Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/12 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/13 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Não Vida</b>				
Acidentes Pessoais	630	528	1	(101)
Doença		225	1	226
Automóvel	9.876.623	3.549.264	4.300.907	(2.026.452)
Responsabilidade Civil	8.808.084	3.038.804	4.054.743	(1.714.538)
Outras coberturas	1.068.539	510.460	246.164	(311.915)
Protecção jurídica		9.388		9.388
Assistência		36.190		36.190
<b>Total</b>	<b>9.877.253</b>	<b>3.595.595</b>	<b>4.300.909</b>	<b>(1.980.749)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Técnico Oficial de Contas



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A. 2013  
Anexo 3

Ramos/Grupos de ramos	(valores em euros)			
	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2012 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				69
Acidentes Pessoais	470	200	(601)	2.402
Doença	1.657	654	92	8.320.877
Automóvel	8.745.994	996.168	(1.421.285)	6.766.059
Responsabilidade Civil	7.079.869	784.045	(1.097.855)	1.554.818
Outras coberturas	1.666.125	212.123	(323.430)	32.187
Protecção jurídica		32.187		124.083
Assistência		124.083		8.479.617
Total	8.748.120	1.153.291	(1.421.795)	

Técnico Oficial de Contas



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A. 2013  
Anexo 4

Discriminação de alguns valores por ramos	(valores em euros)			
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos
Seguro Directo				
Acidentes Pessoais	2.006	1.890	69	356
Doença	6.540	5.967	2.402	1.142
Automóvel	9.968.503	10.494.646	8.320.877	1.874.039
Responsabilidade Civil	7.845.817	8.161.471	6.766.059	1.463.176
Outras coberturas	2.122.686	2.333.174	1.554.818	410.863
Protecção jurídica	322.086	337.118	32.187	60.315
Assistência	1.241.678	1.283.405	124.083	230.575
Total	11.540.813	12.123.026	8.479.617	2.166.427
				-1.278.154
				-1.364.503

Técnico Oficial de Contas



Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima  
António Paulo Gonçalves Raimundo



**N Seguros, S.A.**

Zona Industrial da Maia I - Sector IX - Lote 20  
Moreira da Maia 4470-440 Maia

info@nseguros.pt www.nseguros.pt  
Tel 707 50 25 25 Fax 220 90 77 77

# **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**Exercício de 2013**

**N SEGUROS, S.A.**



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: [www.kpmg.pt](http://www.kpmg.pt)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **N Seguros, S.A. ("Companhia")**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 20.551.424 euros e um total de capital próprio negativo de 2.824.406 euros, incluindo um resultado líquido de 832.594 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R, de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R, de 16 de Dezembro, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da N Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

### Ênfases

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:
- 8.1 As demonstrações financeiras da N Seguros, S.A., com referência a 31 de Dezembro de 2012, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu a Certificação Legal das Contas, datada de 22 de Março de 2013, sem reservas e com uma ênfase. A nossa aceitação como revisores ocorreu em 7 de Junho de 2013, para efectuarmos a revisão legal das contas do período findo em 31 de Dezembro de 2013.
- 8.2 À data de 31 de Dezembro de 2013, o capital próprio da N Seguros, S.A. é negativo no montante de 2.824.406 euros, tendo o Conselho de Administração efectuado os procedimentos descritos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, sobre os quais relata no Relatório de Gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual depende do suporte financeiro dos accionistas, do sucesso futuro das suas operações e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi a apropriada.



**Relato sobre outros requisitos legais**

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 17 de Março de 2014



**KPMG & Associados**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**

representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)